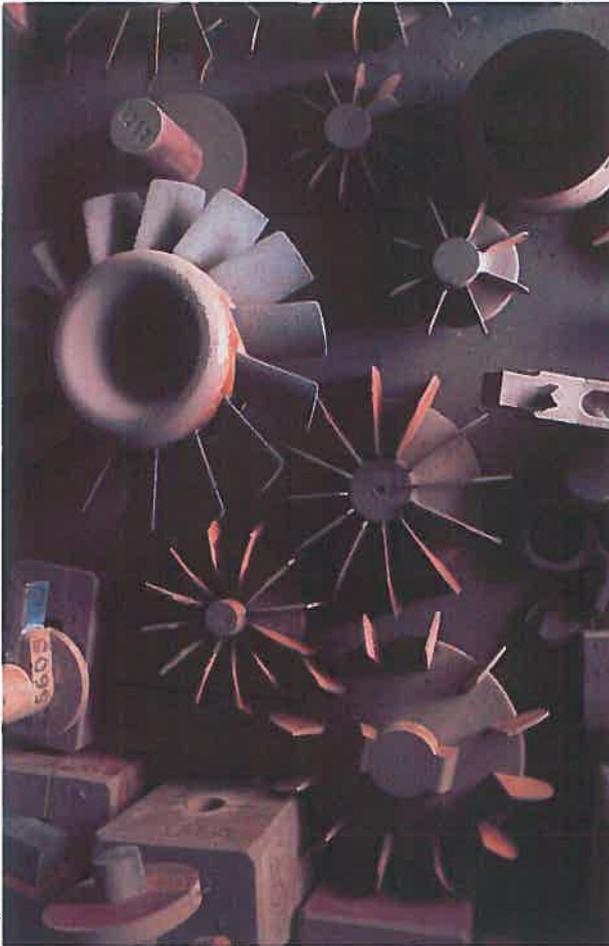




ARSENAL DO ALFEITE

Arsenal do Alfeite, S.A.



Fotografia: Guta de Carvalho

Versão aprovada em reuniões do Conselho de Administração de 14 e 20 de março de 2017.

Relatório elaborado nos termos do art.º 65.º, 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

RELATORIO E
CONTAS da Arsenal
do Alfeite, S.A.,
relativo a 2016

2016

Arsenal do
Alfeite, S.A.

P. V. M
C. K.

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO	10
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	13
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	16
Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.....	16
Perspetiva global da atividade	22
Perspetiva setorial da Atividade.....	26
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio.....	28
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	42
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	46
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	48
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS	50
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	55
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	65
Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	67
1. Objetivos de gestão	67
2. Gestão do risco financeiro e endividamento	67
3. Limite de crescimento do endividamento	67
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	67
5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista	68
6. Remunerações.....	68
7. Estatuto do Gestor Público.....	68
8. Despesas Não Documentadas	69
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	69
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	70
11. Contratação Pública	70

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	70
13. Frota Automóvel	70
14. Medidas de redução de gastos operacionais	71
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	74
16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	74
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	74
Anexo II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016....	83
APÊNDICES	126

M
15
C2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano fortemente marcado pela consolidação da ligação entre a Arsenal do Alfeite, S.A., e o seu principal cliente, a Marinha Portuguesa. Com efeito, os laços entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa em muito ultrapassam a mera relação entre prestador de serviços e cliente, na medida em que as obrigações de serviço público que impendem sobre esta empresa visam servir essa instituição em primeiro lugar, em prol da soberania nacional.

Desta forma, houve que reforçar a relação institucional e agilizar a relação comercial com a Marinha Portuguesa, de modo a consolidar as condições para, com trabalho, responsabilidade, dedicação e espírito de serviço público, lhe assegurar a prestação de serviços no âmbito do aprontamento da esquadra, sempre com o maior nível de eficiência e de eficácia.

No contexto da sua obrigação de bem servir a Marinha Portuguesa, o Conselho de Administração propôs ao Governo, e foi autorizado, a dotar-se de uma nova capacidade – a de reparação dos novos submarinos da classe Tridente.

Para tanto, e em estreita articulação com a Marinha Portuguesa, houve que criar as condições para assegurar que a necessária transferência de conhecimento aconteça em tempo. Assim, iniciaram-se os procedimentos de negociação com vista à contratualização da formação de trabalhadores desta empresa, durante a reparação do submarino Tridente, em Kiel (2017/18), por forma a preparar a reparação do submarino Arpão, que já terá lugar em Portugal, no Arsenal do Alfeite, a partir do segundo semestre de 2018.

A dotação desta nova capacidade exigirá a realização de investimento na melhoria das condições operacionais, nomeadamente através da ampliação da doca seca, dos atuais 138 m para 220 m (mais 82 m), para o que foram desenvolvidas, ainda em 2016, as ações tendentes à sua concretização – do ponto de vista técnico e financeiro – durante os anos de 2017 e 2018.

Em 2016, dando continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, a Arsenal do Alfeite, S.A., reforçou as iniciativas de internacionalização do estaleiro, consolidando a

relação de confiança e de prestador de serviços junto da Marinha Real Marroquina. Iniciou igualmente um processo de aproximação comercial com a República das Filipinas, que culminou na apresentação de uma proposta comercial no âmbito da modernização e manutenção naval. A empresa continuou, através das embaixadas presentes em Portugal, a mostrar as capacidades diferenciadoras do estaleiro no mercado da construção, manutenção e reparação naval.

No ano de 2016 foram criadas as condições para retomar a atividade de construção naval no Arsenal do Alfeite (as últimas construções são anteriores à constituição do Arsenal como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos). Entre a Marinha Portuguesa, a Autoridade Marítima Nacional e a Arsenal do Alfeite, S.A., foi assinado um memorando com vista à futura contratualização da construção de quatro lanchas salva-vidas, duas delas já em 2017.

A aposta no estrito cumprimento das boas regras e práticas ambientais e industriais ditou a continuação do investimento adequado a este objetivo prioritário, levando ao desenvolvimento de projetos, lançamento e calendarização de obras tendentes a tornar definitivo o licenciamento industrial e ambiental já alcançado em 2016.

Deu-se continuidade às parcerias com a Academia - Escola Naval, PIEP, INEGI, INESC - para continuar na vanguarda do conhecimento e permitir, desta forma, uma prestação de serviços mais eficiente aos clientes e, em particular, à Marinha Portuguesa.

Foi também lançado em 2016 um procedimento de recrutamento de trabalhadores, operários navais. No âmbito deste processo, foi dada prioridade a trabalhadores sem experiência, os quais receberam, após a contratação, formação adicional na Escola de Formação do Arsenal do Alfeite – concretizando, assim, durante um período de oito meses, através de aulas teóricas e práticas, a retoma efetiva da tradição da Formação no Arsenal do Alfeite.

O Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a apostar nos seus trabalhadores, promovendo o seu reconhecimento e a sua motivação, partilhando as suas decisões com os sindicatos representativos e com a Comissão de Trabalhadores, criada no ano de 2016, por forma a melhor decidir e envolver aqueles que constituem o

fator diferenciador desta empresa e que a ela entregam o seu conhecimento e dedicação, fatores bem conhecidos da denominada cultura arsenalista.

O Conselho de Administração encara este momento de viragem na vida da Arsenal do Alfeite, S.A., como uma oportunidade única de mudança para suportar as tão necessárias alterações estruturais da organização interna do trabalho, das condições gerais de produção e dos mecanismos laborais, visando o aumento da eficiência dos processos e a produtividade da empresa em geral, elementos essenciais para assegurar a competitividade e um futuro risonho para todos aqueles que aqui trabalham.

Trata-se de um desafio que, para além de implicar o alinhamento interno de propósitos e de vontades, requererá da tutela um acompanhamento próximo e uma viabilização adequada de recursos e, da Marinha Portuguesa, nosso privilegiado cliente institucional, uma disponibilidade total para cooperar não só na edificação das novas capacidades, mas também no planeamento, na coordenação e na orçamentação e preços associados às atividades de construção, manutenção e reparação dos meios navais.

Por fim, importa sublinhar que todo o trabalho desenvolvido nesta empresa tem sido possível em resultado do esforço dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a quem o Conselho de Administração reconhecidamente agradece.

Esse trabalho em muito também beneficiou da relação estreita existente com a Câmara Municipal de Almada e a Assembleia Municipal de Almada, verdadeiros parceiros estratégicos desta empresa, que se constitui como uma das principais empregadoras do concelho. Importa, assim, agradecer à Câmara Municipal de Almada o interesse e o acompanhamento, atento e próximo, com que segue o trabalho desenvolvido no estaleiro.

Cabe, também, agradecer a outras Autarquias a relação estabelecida com a Arsenal do Alfeite, S.A., e o modo como apreciam a atividade desenvolvida pelo estaleiro, nomeadamente os Municípios do Barreiro, Seixal e Setúbal.

Por último, importa agradecer ao acionista Empordef, SGPS, e sobretudo ao Governo, na sua função de tutela setorial, pela atenção e acompanhamento que tem dispensado à Arsenal do Alfeite, S.A., dando-lhe o necessário enquadramento político e dotando-a

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

de recursos que lhe permitem não só a prossecução do interesse público, mas também trilhar hoje os caminhos do progresso e do desenvolvimento de novas competências, de novos setores de atuação e da realização de um serviço mais eficiente e eficaz.

O Conselho de Administração

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A. continuou a perseguir o objetivo do necessário equilíbrio económico e financeiro da empresa, sem perder de vista a criação de condições tendentes à implementação de uma Plataforma Naval Global, colocando em paralelo o foco no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa.

A postura da empresa no âmbito do setor empresarial do Estado e das suas obrigações de serviço público foi recentrada. Relevam nesta matéria a focalização da empresa na estabilidade do emprego, no reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar com instituições públicas ou outras sem fins lucrativos. A regularização de uma pequena parcela dos créditos próprios no final de 2015 por parte do acionista permitiu à empresa iniciar os projetos tendentes a concretizar o investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, indispensável para a requalificação do espaço em que se insere e para a sua competitividade. Trata-se de um elemento identificado como incontornável desde 2009, que foi reanalisado à luz da conjuntura vigente, e que se antevê possa ser substancialmente alargado já no princípio de 2017, permitindo o reforço da ação em apoio de prioridades para efeitos dos investimentos necessários a realizar.

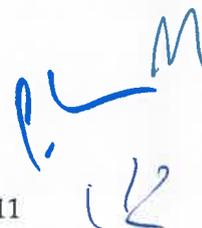
Sem perder de vista os objetivos estratégicos, ainda delineados no ano anterior, importa sublinhar os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2016 e que permitiram atingir resultados de curto prazo, designadamente, a obtenção do licenciamento industrial provisório e a emissão de uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada, com a estatuição de um prazo de quatro anos para a implementação de medidas identificadas, a do processo de capacitação da empresa para reparar os submarinos da Marinha Portuguesa e outros afins com a participação já em 2017 na revisão intermédia do submarino Tridente, tanto ao nível da reparação como do da formação em contexto de trabalho e, por fim, a

retoma da construção naval no estaleiro, materializada no desenvolvimento do projeto e construção até quatro salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

Sublinha-se o especial enfoque colocado na satisfação do cliente com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa perspetiva de longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

O investimento da Arsenal do Alfeite, S.A., nos seus recursos humanos, designadamente mediante o desenvolvimento dos procedimentos legais adequados ao recrutamento de trabalhadores, foi concretizado em 2016 com a admissão de 26 novos efetivos, contrariando assim a constante redução que se tem verificado. Em paralelo, a empresa continuou a política de reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do seu capital humano e à melhoria das condições de trabalho proporcionadas, mantendo um clima de promoção de diálogo, bem-estar, paz social e dignidade do principal ativo estratégico da Arsenal do Alfeite, S.A..

Os projetos de investimento nas infraestruturas portuárias e oficinais, designadamente na ampliação da doca seca, na substituição das pontes-cais e na reparação do cais acostável, a par dos projetos tendentes à satisfação dos requisitos de licenciamento industrial e ambiental definitivos, identificados em 2015 como objetivos vitais para a sustentabilidade da empresa, foram concretizados durante o ano de 2016, prevendo-se iniciar a sua execução ao longo de 2017, ano em que se constituem como uma prioridade da gestão.



II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pelo acionista, nomeadamente a da Assembleia Geral de 7 de abril de 2016 relativamente à aplicação de resultados.

O acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos, o que resulta do facto de se encontrar em processo de liquidação.

Por seu turno, o Ministério da Defesa Nacional, sob cuja tutela se encontra o acionista, estabeleceu durante o ano de 2016 orientações que nortearam a atuação do Conselho de Administração da empresa e que ainda se refletiram nas atividades executadas durante o ano de 2016. Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, iniciou o processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa, manteve as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios e desenvolveu iniciativas junto da representação diplomática da República das Filipinas em Lisboa tendentes a viabilizar a transferência para esse país de três corvetas portuguesas em fim de vida, tudo isto no âmbito do alargamento do processo de internacionalização da empresa. Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da construção, concretizadas com a assinatura de um memorando de entendimento e posterior assinatura de contrato de construção de duas embarcações salva-vidas já em 2017.

As orientações recebidas, acima identificadas, começaram a ser devidamente implementadas e cumpridas em 2016, seja no que se refere à tomada de ações com vista a capacitar a empresa para participar na primeira revisão intermédia do NRP Tridente em Kiel e a efetivar, a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP Arpão, seja no que se refere às diversas ações de carácter ambiental, de que a construção de parque intermédio de resíduos é apenas um

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

exemplo, ou a conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo, num total de 42 contratos, englobando os trabalhadores contratados no início do ano.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2016 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental, tendo a despesa ficado cerca de 3 M€ abaixo do valor orçamentado, pese embora a receita também tenha diminuído pelas razões explanadas no presente relatório, conduzindo a um saldo orçamental negativo, mas muito inferior ao superiormente autorizado por despacho de S.Ex.^a o Secretário de Estado do Tesouro.

Assim, como melhor indicado no Relatório de Governo Societário, note-se as orientações e decisões ministeriais de que foi objeto especificamente esta empresa pública. Concretamente refere o Despacho n.º 12621/2016, de 9 de outubro de 2016 de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 20 de outubro, que *“a Arsenal do Alfeite S. A. (AA, S. A.), e a TKMS [Thyssenkrupp Marine Systems GmbH], sob o impulso desta empresa, encontram-se a desenvolver ações conjuntas e concertadas com vista a capacitar a AA, S. A., para participar em 2016 a 2018 na primeira revisão intermédia do NRP «Tridente» e a efetivar a partir de 2018, no território nacional, a primeira revisão intermédia do NRP «Arpão», o que trará evidentes vantagens para Portugal”*. Note-se, ainda, o Despacho de 15 de dezembro de 2016 de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional autorizando a construção de parque intermédio de resíduos. Frisa-se, também, o despacho de 29 de dezembro de 2016 de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Defesa Nacional autorizando a conversão de 18 contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo.

Através do Despacho n.º 218/16 – SEATF Sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças dispensou temporariamente a Arsenal do Alfeite, SA, até 30 de junho de 2016, do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. De referir, ainda, o despacho de 14 de dezembro de 2016 de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Orçamento autorizando a aplicação de saldos de gerência no valor de 1,65 milhões de euros exclusivamente para despesa com pessoal sem isenção da regra de equilíbrio (Despacho n.º 997/2016/SEO)

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

P. L. M.
C. L. 2

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2016

O Plano de Atividades e Orçamento para 2016 previa que, na vertente principal do negócio, a atividade da Arsenal do Alfeite, SA, se centraria na continuidade da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, na consolidação da vertente da internacionalização com a Marinha Real de Marrocos e na iniciação da internacionalização com a Marinha Argelina, ambas ao nível da reparação naval. Existiria, ainda, a continuidade da exploração das capacidades excedentárias do estaleiro na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval.

A este nível destacavam-se as dotações inscritas em sede de orçamento de 2016 que perfaziam uma expectativa de receitas de 22.514.100€ em 2016:

- Serviços – Reparação Naval - Marinha Portuguesa: 15.225.000€;
- Serviços - Reparação Naval - Marinhas Estrangeiras: 6.906.000€;
- Outros Serviços e receitas: 383.100€;

Ao nível da atividade de construção naval, e apesar das diversas iniciativas e propostas apresentadas a potenciais clientes no decurso de 2015 e anos anteriores, não existiam perspectivas de vir a realizar em 2016 um contrato de construção de novos navios na Arsenal do Alfeite, S.A.

Destacavam-se as seguintes propostas apresentadas internacionalmente:

- Marinha de Angola: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Marinha do Uruguai: Programa de Capacidade de Patrulha Costeira e Oceânica, para a construção de lanchas L280 e L490;
- Filipinas: Programa de Cooperação bilateral na Área da Construção e Reparação Naval.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

“Marinha Portuguesa”

A estimativa para o ano de 2016 em termos dos serviços a prestar à Marinha Portuguesa, assentava nos seguintes projetos de reparação naval:

Navio	Início	Fim	Valor Total Contrato	Receita Estimada	
				2016	2017
NRP Corte Real (a)	set/15	dez/16	11 641 000	8 300 000	
NRP Álvares Cabral (b)	nov/15	fev/16	1 109 250	145 000	
Outros Trabalhos - SRU e EV (c)	jan/16	dez/16	2 530 000	2 530 000	
Programa Stanflex NRP Mondego (d)	fev/16	dez/16	2 128 000	2 128 000	
Programa Stanflex NRP Douro/Guadiana (e)	set/16	jun/17	5 843 000	2 122 000	3 721 000
				15 225 000	3 721 000

O montante estimado de receita, acima descrito, correspondia à seguinte descrição:

NRP Corte Real: Contrato plurianual vigente, visado pelo Tribunal de Contas, e com execução em 2015/16;

NRP Álvares Cabral: Contrato plurianual vigente, visado pelo Tribunal de Contas, e com execução em 2015/16;

Serviços de Reparação Urgente (SRU) e Eventuais (EV): estimativa em baixa realizada pela Arsenal do Alfeite, SA, representando 33% do volume anual médio dos últimos 3 anos para este tipo de trabalho (tendo em conta o histórico das receitas obtidas por serviços prestados à Marinha Portuguesa) e que representa o equilíbrio com a restante carteira da Marinha Portuguesa;

Programa Stanflex NRP Douro e NRP Guadiana: Trata-se de um programa de reequipamento (novos meios) da Marinha Portuguesa, mais precisamente os patrulhas da classe "Tejo", adquiridos em segunda mão à Dinamarca, todos em estado de desativação. A reativação, revisão intermédia e modernização dos 4 navios seria suportada pela LPM, e totalmente efetuada pela Arsenal do Alfeite, SA, estando o NRP Tejo então em curso, e prevendo-se executar os NRP Mondego, NRP Douro e NRP Guadiana em 2016/17.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Embora existisse a informação da Marinha de que a verba alocada a Serviços de Reparação Urgente e Eventuais seria reforçada no decurso de 2016 por fontes provenientes do Ministério da Defesa Nacional, referentes às Forças Nacionais Destacadas até a um montante de 3.400.000€, e que dotaria esta rúbrica com recursos análogos aos verificados em anos anteriores, tal não se encontrava refletido no cenário *supra* descrito, pois não dependia da gestão direta da Marinha.

“Marinhas Estrangeiras”

No que diz respeito ao processo de internacionalização com as Marinhas Estrangeiras (Marinha Real Marroquina e Marinha Argelina), estimava-se para o ano de 2016, um volume de negócio de cerca 6.900.000€ na atividade de reparação naval, discriminado de acordo com a tabela subsequente:

Navio	Início	Fim	Valor Total	Receita Estimada	
			Contrato	2016	2017
Marinha Marroquina - PHM El Lahiq	fev/14	abr/16	6 509 000	1 406 000	
Marinha Marroquina - PHM El Karib	jun/16	dez/17	8 575 000	4 000 000	4 575 000
Marinha Argelina - Reparação Naval	jun/16	dez/16	1 500 000	1 500 000	0
				6 906 000	4 575 000

O montante estimado de receita, acima descrito, correspondia ao contrato plurianual existente com o Estado Marroquino e ao contrato que se estimava poder vir a ser celebrado com a Marinha Marroquina, em 2016, e ainda ao desenvolvimento de negócio na vertente internacional com o Estado Argelino, que perspetivavam a receita que se indica.

P. L. M.
CZ

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Com base nos elementos disponíveis à data, tudo apontava para que o contrato para a grande reparação do segundo navio da Marinha Real de Marrocos, da classe “El Lahiq”, possivelmente o PHM “El Karib”, viesse a acontecer durante o primeiro semestre de 2016, viabilizando a entrada do navio no final deste semestre, ou logo após a partida do PHM “El Lahiq” da Arsenal do Alfeite, SA., o que não se concretizou apesar dos esforços desenvolvidos pela empresa junto deste cliente.

Novos negócios

Foi iniciado o estudo de potenciais parcerias estratégicas para a localização futura de outras empresas no espaço concessionado a esta empresa, com o objetivo de aqui desenvolver um futuro Cluster Naval.

Recursos humanos

A Arsenal do Alfeite, SA, tem sofrido com a constante redução do número de recursos humanos ao seu dispor.

Em 2016 importava prosseguir com o recrutamento de recursos humanos, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas.

Este recrutamento foi aprovado por despacho de 28 de agosto de 2015, de S. Ex.^a a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional que autorizou a Arsenal do Alfeite, SA, a contratar 38 trabalhadores adicionais, da seguinte forma:

- 49 Operários Navais (“condicionando[-se] 25 das contratações à efetiva verificação da respetiva libertação do posto de trabalho até final do ano, conforme previsão apresentada”)
- 1 Assistente de Apoio
- 1 Técnico de Marketing
- 12 Técnicos Superiores

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O orçamento para 2016 previa como limite 545 trabalhadores e gastos de 10.539.000€ em remunerações certas e permanentes, totalizando 13.855.400€ em gastos com o pessoal. Estes limites deverão crescer nos anos 2017 e 2018, de forma sustentada no negócio, permitindo o desenvolvimento dos novos negócios e o aumento da atividade de reparação e manutenção e, ainda, nestes últimos anos, de construção naval.

A Arsenal do Alfeite, SA, procurava o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações de *team building* e da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais (como nas comunicações móveis). Pretendia-se, ainda, proceder à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, apostando na formação dos trabalhadores para o que se previa um investimento em formação profissional dos seus trabalhadores na ordem dos 100.000€, sendo ambição da empresa aumentar de forma objetiva, no período de 2017 a 2018 o investimento a realizar.

Plano de investimentos/financiamento

O orçamento para 2016 incluía despesas com investimentos no montante de 442.000€, refletindo as necessidades prioritárias usuais para a manutenção do estaleiro e das capacidades sedeadas e medidas básicas e urgentes de proteção ambiental.

	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F Tangíveis em Curso	Total
Empreitada de dragagem do poço da doca seca	48.000					48.000
Empreitada de construção de parque de resíduos	118.940					118.940
Outros	133.060	56.000	5.000	58.000	23.000	275.060
	300.000	56.000	5.000	58.000	23.000	442.000

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Importava, ainda, considerar o investimento adicional indicado no Plano de Investimento, que foi oportunamente remetido ao membro do Governo com tutela sobre a Arsenal do Alfeite, SA, e que refletia as necessidades estratégicas e incidia nas infraestruturas, edifícios, equipamento e licenciamento industrial.

Destacava-se o investimento na reabilitação de infraestruturas portuárias, em especial a substituição das ponte-cais. A necessidade premente de possuir uma infraestrutura de apoio à reparação de navios a nado que permitisse atracar as fragatas e os submarinos da Marinha Portuguesa (e outros navios equivalentes) na Arsenal do Alfeite, S.A., durante os seus períodos de reparação, eliminando as inúmeras e significativas disfunções e ineficiências que são induzidas pela necessidade de projeção das equipas de trabalho, da movimentação de materiais, e demais meios de apoio das instalações da empresa para a Base Naval.

O adequado licenciamento industrial implicaria também alguns investimentos, designadamente para efeitos de conformidade com as exigências ambientais de modo a cumprir os requisitos legais no âmbito do incremento da atividade do estaleiro.

Estes investimentos adicionais, estratégicos, não se encontravam refletidos no orçamento aprovado para 2016 dado que, segundo as instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2016 da Circular Série A n.º 1379, de 18 de dezembro de 2015, da Direção-Geral do Orçamento “na elaboração do orçamento para 2016 não pode ser considerada a utilização de saldos de gerência, independentemente da sua origem”, sendo a utilização destes saldos fundamental para a realização desse investimento estratégico.

Salienta-se que o orçamento de 2016 no que respeita a bens de domínio público incluía duas empreitadas comprometidas em 2015 mas não realizadas e que transitavam para 2016, totalizando 166.940€.

P. L. M
12

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- Empreitada de dragagem do poço da doca seca - 48.000€;
- Empreitada de construção de parque de resíduos - 118.940,24€.

Em síntese, todos os processos associados ao investimento em 2016 materializam vertentes imprescindíveis à continuidade do estaleiro e à sua operacionalidade.

O financiamento dos investimentos, em qualquer caso, realizar-se-ia com fundos próprios, sem recurso a financiamento bancário, designadamente, no que se refere aos investimentos adicionais, estratégicos, através do reembolso do empréstimo efetuado pela Arsenal do Alfeite, SA, à acionista Empordef, SGPS, SA, em liquidação, a exemplo do que sucedeu no final de 2015.

Perspetiva global da atividade

A atividade da empresa caracterizou-se no ano de 2016 por alguma estabilidade na carteira de encomendas relativas ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, sendo de destacar a conclusão da modernização e da revisão do NRP "Tejo", o primeiro patrulha da classe com o mesmo nome (Ex-Stanflex 300 adquiridos por Portugal à Dinamarca), cujo projeto foi integralmente desenvolvido pela Arsenal do Alfeite, S.A., e a conclusão da reparação planeada da fragata NRP "Álvares Cabral", ambos com génese em 2015, e a continuidade da reparação planeada da fragata NRP "Corte Real", todos formalmente vinculados através de contratos de cariz plurianual celebrados entre a empresa e a Marinha Portuguesa. Os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencie e otimize a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano. Foi ainda concluída a primeira docagem do NRP "Viana do Castelo", o primeiro Navio Patrulha Oceânico a fazê-lo no estaleiro, as docagens dos navios hidro-oceanográficos NRP "D. Carlos I" e NRP "Alm. Gago Coutinho", bem com a docagem do NRP "Águia".

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No que refere à vertente de reparação de submarinos, para além dos trabalhos de índole eventual e urgente, foram ainda efetuadas, na vertente da manutenção planeada destes navios, as Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP “Tridente” e NRP “Arpão”.

Não menos importante, foi reforçado o programa dos navios patrulhas da classe “Tejo”, materializado, embora tardiamente, através dos contratos plurianuais de docagem e modernização dos NRP “Douro” e “Mondego”, refletindo a continuidade e progressão do primeiro programa de reequipamento da Marinha Portuguesa que é integralmente materializado na Arsenal do Alfeite, S.A., com uma abrangência transversal às capacidades e valências do estaleiro, incluindo uma forte incorporação das componentes de projeto e logística. Recorde-se que o programa está a ser materializado entre 2015 e 2017, com uma sequência de 4 navios, o que potenciará o fator de escala e a curva de aprendizagem do estaleiro e da Marinha em benefício das capacidades residentes e da indústria nacional.

Uma vez mais, os resultados demonstram claramente a imperatividade na verificação de duas condições basilares de alinhamento e de minimização de ineficiências processuais, de modo a evitar perdas para a empresa e para a Marinha: 1) a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e 2) o estabelecimento de um contrato plurianual entre as partes a não menos de três anos (idealmente a cinco anos), para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo-lhe deter uma capacidade de resposta efetiva em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

É ainda relevante destacar, uma vez mais, que a reparação da fragata NRP “Corte Real” representa o maior contrato em valor absoluto celebrado pela AASA desde a sua constituição, e a intervenção mais extensa, exigente e complexa que executou, sendo a mais perfeita expressão da aplicação transversal das suas valências e capacidades residentes, desde as estruturas, à eletrónica, e às armas. Este projeto sofreu um atraso significativo visto a Marinha ter atribuído prioridade mais elevada ao projeto da fragata NRP “Álvares Cabral”, em consequência de necessidades mais urgentes de emprego operacional deste último navio.

P. C. M
C. K

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em complemento, tal como já verificado em anos anteriores, existiu em 2016 uma substancial carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, uma vez mais com especial incidência nas fragatas das classes “Bartolomeu Dias” e “Vasco da Gama”. O elevado volume anual deste tipo de trabalhos, não planeados, continua a condicionar fortemente a produtividade e organização interna do trabalho, afetando de forma significativa o andamento das reparações planeadas, os respetivos prazos de execução e, bem assim, a eficiência da empresa como um todo.

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2016 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A. para a sustentabilidade da esquadra da Marinha e, reciprocamente, a importância da Marinha Portuguesa para o funcionamento da empresa.

Paralelamente, e não menos relevante, foi concluída em 30 de Maio de 2016, com pleno sucesso, a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, que havia sido iniciada em Fevereiro de 2014. O período contratual de garantia de seis meses decorreu sem qualquer evento digno de especial menção, tendo a empresa proporcionado a essa Marinha um nível de satisfação e uma qualidade superiores, visível e confirmado pelo elevadíssimo emprego operacional do navio, até à data, sem qualquer problema. Este resultado, produto do esforço da empresa como um todo, e em todas as suas vertentes principais e de apoio, desde o projeto ao apoio logístico, concluiu a materialização do terceiro passo com a Marinha Real de Marrocos e a consolidação da vertente internacionalização da atividade do estaleiro com este cliente internacional, com quem a Arsenal do Alfeite, S.A., tem trabalhado, fortalecido e estreitado relações desde 2012.

Na vertente internacionalização, por via dos projetos da Marinha Real de Marrocos, perspectiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das docagens simples, mas também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra dessa Marinha.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

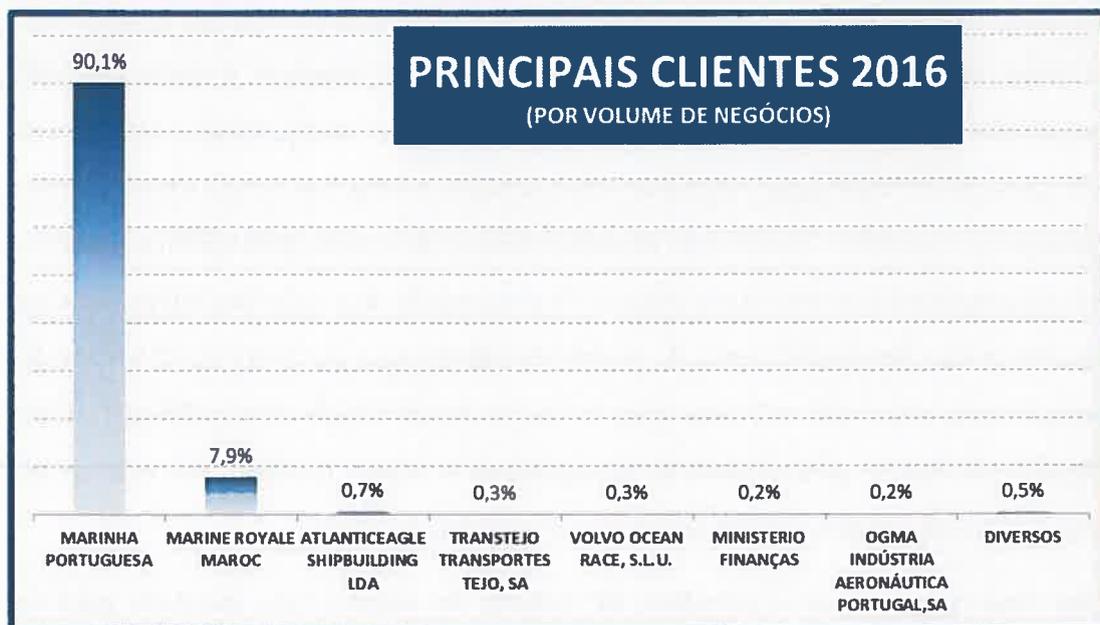
Ainda em 2016, a atividade de reparação naval relativa aos clientes não militares (nacionais e estrangeiros), especialmente a relativa os privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras para clientes distintos, dos quais se destaca a Transtejo, S.A.

A nível dos produtos especiais, centrados na manutenção e produção industrial, os principais clientes foram a Volvo Ocean Race (em virtude do estaleiro – *boatyard*- se encontrar agora sedado em Lisboa, na Doca de Pedrouços), o Ministério das Finanças, e as OGMA S.A. Tal como em anos anteriores, a atividade complementar do ano reforçou a perceção de que o mercado fora da esfera militar, embora atrativo em períodos de menor carteira de encomendas do cliente principal, é essencialmente caracterizado por aquisição de serviços de baixo valor acrescentado, com pouca incorporação de tecnologias de maior valor, em que a empresa detém capacidades e vantagem competitiva. No setor do desenvolvimento de projeto para clientes externos, este foi amplamente consolidado através da prossecução dos trabalhos subjacentes ao contrato para o desenvolvimento do projeto detalhado para um Ferry de 72 metros de comprimento destinado a Timor, para o cliente AtlanticEagle Shipbuilding Lda da Figueira da Foz, e que, recorde-se, materializou o maior contrato em volume de negócios em atividades que não associados a marinhas militares.

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A., moldada para se constituir como “one stop shop” (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa, esse sim centrado na reparação e construção naval militar. Para assegurar a competitividade da empresa no mercado da reparação naval comercial nacional será necessário explorar o estabelecimento de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos, de modo a assegurar a escala e o volume de negócios compatíveis com uma política de preços competitivos, já que em termos de uma abordagem pontual ao mercado constata-se haver uma prática de preços por pequenas empresas terceiras, dificilmente coadunável com aquelas de maior dimensão, que incorporam mais valor nos seus produtos.

Ao nível da reparação e manutenção industrial, o ano de 2016 pautou-se por um aumento do volume de negócios deste nicho de mercado, e em paralelo por uma maior diversificação da carteira de clientes.

Neste contexto, a figura a seguir representa os seis principais clientes do Estaleiro em 2016. Para além da Marinha Portuguesa, principal cliente, há a destacar a Marinha Real de Marrocos. A AtlanticEagle Shipbuilding Lda, a Transtejo S.A., a Volvo Ocean Race, o Ministério das Finanças, e as OGMA, S.A., foram também clientes a salientar no ano de 2016, pelos motivos anteriormente referidos.



Perspetiva setorial da Atividade

Ao nível da atividade interna setorial, no que se refere às atividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, em contra corrente com o que havia sucedido nos anos de 2012 a 2014, por via dos projetos das fragatas “Corte Real” e “Álvares Cabral”, e pelo cariz de raiz tecnológica do Programa dos navios da classe “Tejo”, em 2016 (tal como já ocorrido em 2015) verificou-se um melhor nivelamento de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Eletricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um nível de atividade compatível com as valências e capacidades existentes no estaleiro.

Handwritten signature and date: 12/12

Recorda-se que a assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas verificada entre 2012 e 2014 foi resultado da falta de navios militares com capacidade combatente real em reparação no estaleiro no âmbito de ações de manutenção planeada, ou seja, de fragatas em Revisão Intermédia, que *per si* acarretam uma muito maior incorporação de obra neste setor tecnológico. Finalmente, a Arsenal do Alfeite, S.A., tem vindo a ser, desde 2015, submetida, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, ao verdadeiro desafio de demonstrar as suas capacidades, de forma transversal e integrada dos sistemas, evidenciando a sua singularidade de estaleiro “one stop shop”.

Importa sublinhar à semelhança do expresso em anos anteriores, que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Eletrónica, são as que desenvolvem as atividades de maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A., a única entidade nacional capaz de as deter e integrar, o que faz a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (através da Marinha Portuguesa e da Força Aérea), procura essa insuficiente para suprir os encargos inerentes à existência dessas capacidades, representam um “custo de soberania”. O menor nível de recursos dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efetuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e conseqüentemente, do estaleiro manter em pleno a sua atividade nestes setores específicos. O ano de 2015 foi o primeiro em que se assistiu a uma inversão desta tendência, continuada em 2016, elemento indispensável à manutenção destas valências e capacidades.

Em todo caso, mercê do decréscimo da população fabril nesta gama de tecnologias militares devido a passagens à reforma (sem a necessária substituição devido às barreiras legislativas impostas), urge agora dotar o estaleiro com mão-de-obra rejuvenescida e capacitada, que venha a desenvolver a sua proficiência (processo oneroso, e que requererá diversos anos a concretizar), para assegurar as competências basilares à execução do trabalho técnico de elevada complexidade e qualidade.

Acresce que este nicho de tecnologias e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não só ao nível dos recursos humanos, mas também de atualização através de formação contínua e, acima de tudo, do exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que recorrer a este setor das tecnologias militares do estaleiro é substancialmente mais económico que subcontratar os fabricantes e demais empresas internacionais, cujos diferenciais de acréscimo de preço de mercado são superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, S.A..

Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

Reparação Naval Militar

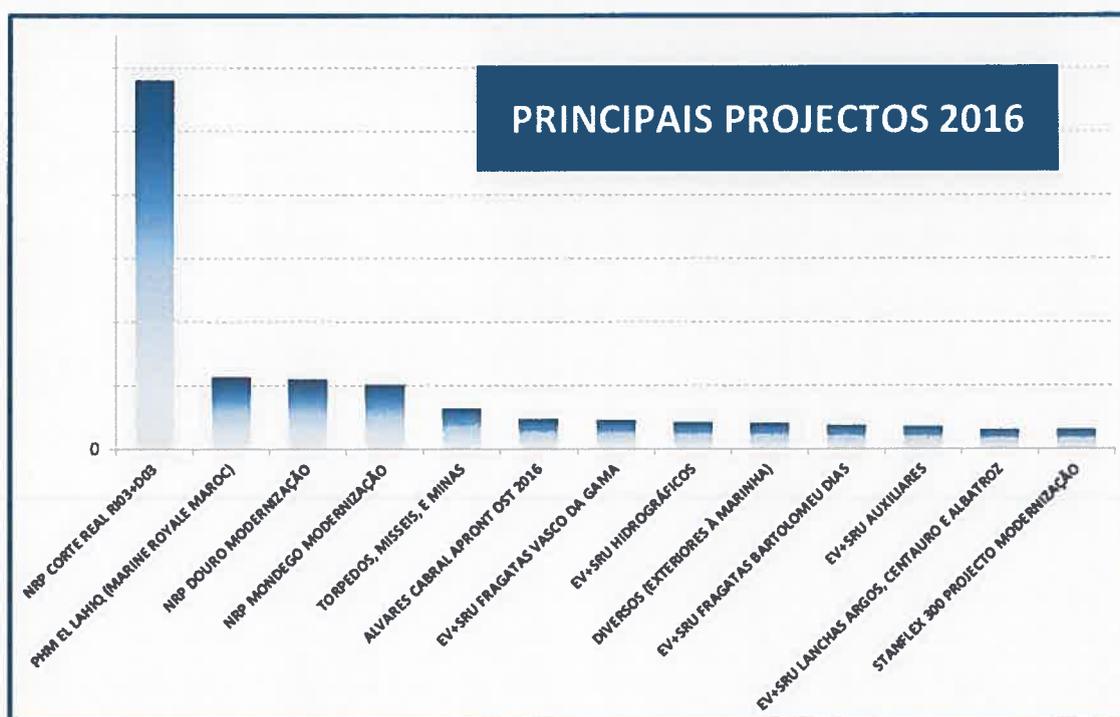
Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- Revisão Intermédia + Docagem da fragata "Corte Real", da Marinha Portuguesa;
- Grande Revisão (*Grand Carénage*) do patrulha PHM "El Lahiq" da Marinha Real de Marrocos - concluído;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Tejo", da Marinha Portuguesa;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Douro", da Marinha Portuguesa – em curso;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Mondego", da Marinha Portuguesa – em curso;
- Pequena Revisão da Fragata "Álvares Cabral", da Marinha Portuguesa - concluído;
- Docagem do NRP "Viana do Castelo", da Marinha Portuguesa - concluído;
- Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP "Tridente" e "Arpão", da Marinha Portuguesa – concluído;
- Docagem do Navio hidro-oceanográfico "Alm. Gago Coutinho", da Marinha Portuguesa - concluído;

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- Docagem do Navio hidro-oceanográfico “D. Carlos I”, da Marinha Portuguesa - concluído;
- Docagem do NRP “Águia”, da Marinha Portuguesa - concluído;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

A figura seguinte ilustra o impacto relativo dos principais projetos de 2016 no setor da reparação naval militar.



Reparação Naval Comercial

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projetos:

- Docagem do ferry “Almadense”, da Transtejo, S.A.;
- Reparação de componentes e subsistemas de bordo, de armadores diversos.

Construção Naval

Ao nível do setor de negócio da Construção Naval, das inúmeras ações desenvolvidas, há a referir o processo em curso que visa a construção de duas lanchas salva-vidas para

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional, a iniciar no primeiro trimestre de 2017 e eventual extensão para a construção de mais duas lanchas. Existiu, tal como anteriormente mencionado, um enorme acréscimo da atividade de projeto: 1) ao nível do desenvolvimento de projeto detalhado para produção (projeto do Ferry para Timor) e 2) ao nível do projeto de conceção das lanchas salva-vidas - que esgotou a capacidade desta área produtiva do estaleiro a partir da segunda metade de 2015 e durante todo o ano de 2016.



FLM
L2

IV - RECURSOS HUMANOS

P. L. M
L. B.

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

No final de 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A., conseguiu alcançar, pela primeira vez em sete anos de existência, um efetivo superior ao registado em 31 de dezembro do ano transato, cifrando-se em 507 em 31.12.2016 (estando 2 trabalhadores em situação de licença sem vencimento que não estão contabilizados) e em 500 em 31.12.2015.

Tal só foi possível com a admissão de um número considerável de trabalhadores (quando comparado com o número de admissões em anos anteriores) apesar das restrições à contratação impostas pela Lei do Orçamento do Estado bem como ao impacto, sempre relevante, dado o tipo de vínculo da grande maioria dos trabalhadores afetos a esta empresa, do número de saídas voluntárias. O processo de recrutamento e seleção de trabalhadores que deu origem à maioria das admissões mencionadas teve início ainda em 2015 a coberto da autorização concedida por via do Despacho de 28 de agosto de 2015 de S. Ex.^a a, então, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional.

Assim, no ano de 2016 foram admitidos 33 novos trabalhadores, 27 dos quais para a categoria de Operário Naval, a desempenhar funções em especialidades tão diversas como caldeireiros de tubos, serralheiros mecânicos e civis, mecatrónicos e operadores de máquinas de elevação.

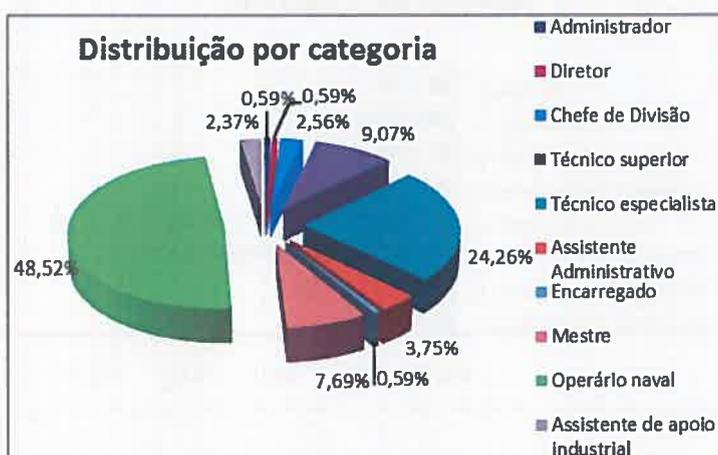
Salienta-se que o recrutamento externo foi precedido dos devidos procedimentos junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) visando a eventual admissão de funcionários em situação de requalificação ou noutras situações de mobilidade, mas sem resultados, pelo que se enveredou pela contratação nos termos do Código do Trabalho (alínea b) do n.º 3 do art.º 58.º da Lei do Orçamento do Estado de 2015).

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 31 de dezembro de 2016, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

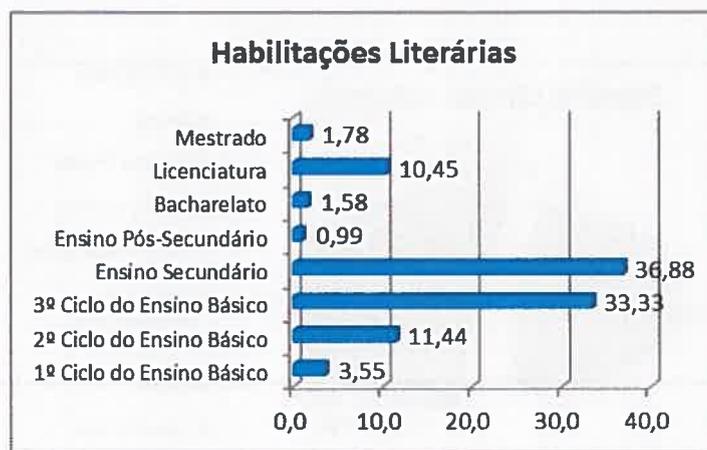
Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	3
Acordo de cedência de interesse público	412 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	10
Contrato de trabalho sem termo	36 (2 em comissão de serviço)
Contrato de trabalho a termo certo	43

A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina, com uma idade média a rondar os 48 anos de idade e nas categorias de Operário Naval e Técnico Especialista:



M
P. L
ck

A idade média subiu ligeiramente face a 2015 situando-se nos 47,74 anos e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico (correspondendo no conjunto a 85,01% do efetivo), apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores. Regista-se, no entanto, a tendência continuada para a redução das frequências relativas ao primeiro e segundo ciclos do ensino básico. Note-se que no procedimento de recrutamento concluído em 2016 para a contratação de 27 Operários Navais foi dada preferência à titularidade de escolaridade igual ao ensino secundário.



Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 2016, o índice de ausências manteve-se praticamente inalterado, em relação a 2015, registando um valor de 7,33% (7,36% em 2015). No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 3,17%, ligeiramente inferior ao registado em 2015 que foi de 3,91%

A rotação externa, por sua vez, aumentou face ao ano anterior para os 5,6% (4,4% em 2015).

No ano de 2016 registou-se a saída de 24 trabalhadores. As saídas referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a cessações do acordo de cedência de interesse público por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas.

O número de entradas foi de 33 (registaram-se 10 admissões em 2015 e 23 em 2016), sendo 27 relativas a celebração de contratos de trabalho a termo certo (entretanto na sua maioria convertidos em contrato de trabalho sem termo), 1 relativa a celebração de acordo de cedência de interesse público e 5 relativas a comissão normal de serviço de pessoal militar.

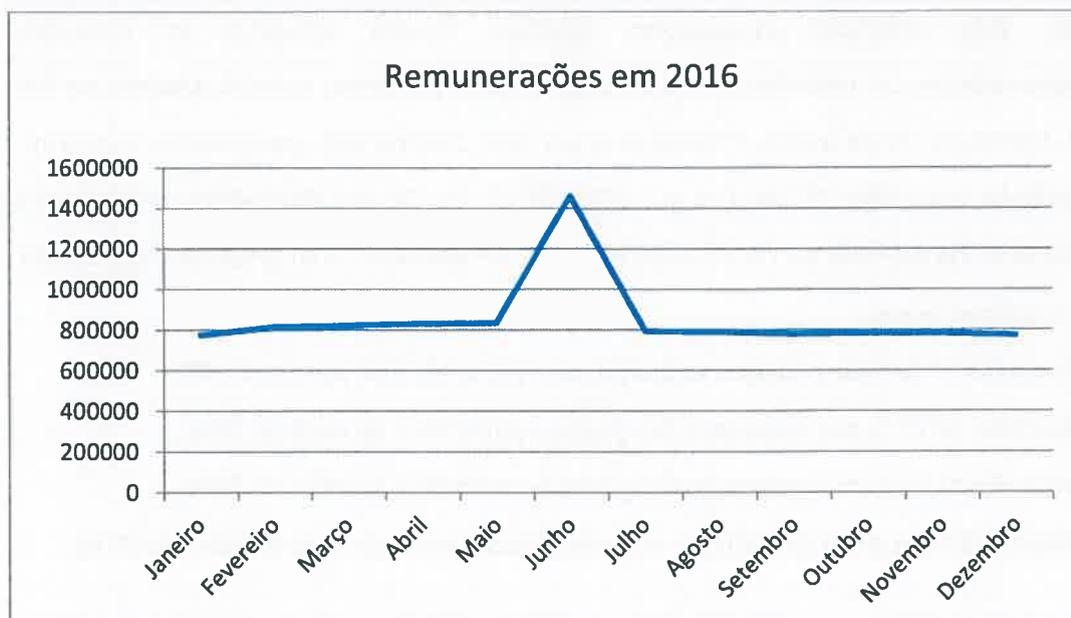
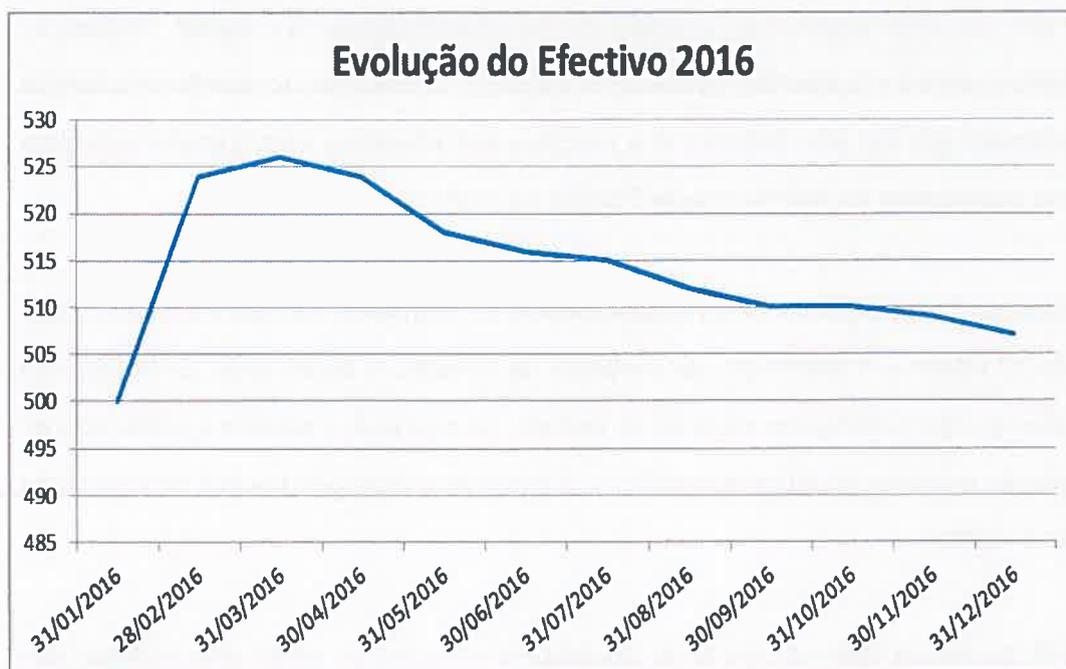
A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas atualizações salariais. Foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, particularmente, na Lei nº 7-A/2016, de 30 de março. Procedeu-se em 2016 à eliminação progressiva, conforme estipulado no artigo 2º da Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro, da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com reversões trimestrais nos seguintes termos:

- a) Reversão de 40 % nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro de 2016;
- b) Reversão de 60 % nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016;
- c) Reversão de 80 % nas remunerações pagas a partir de 1 de julho de 2016;
- d) Eliminação completa da redução remuneratória a partir de 1 de outubro de 2016.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

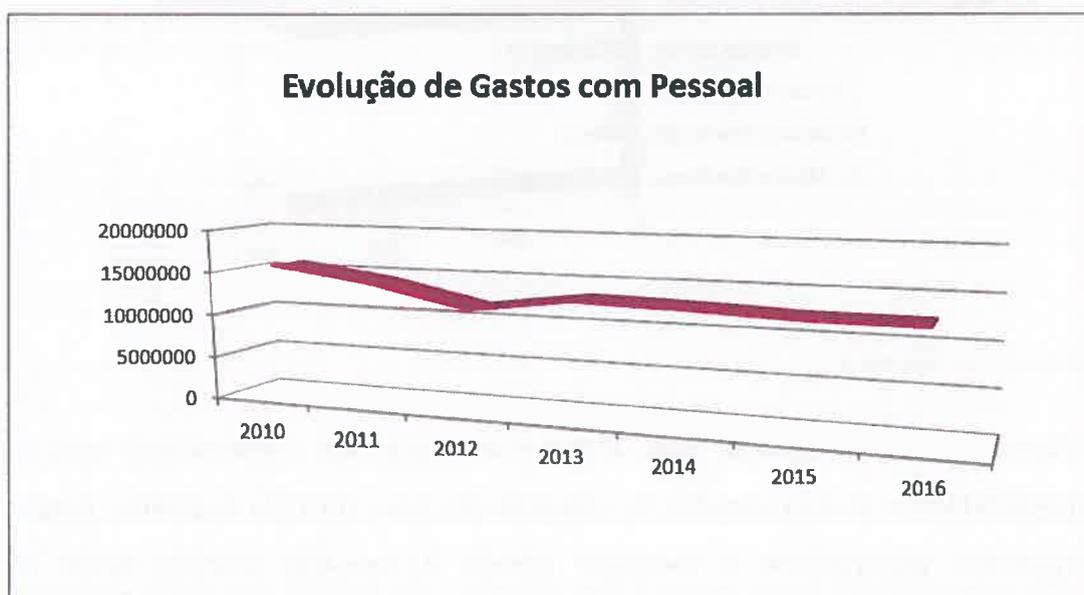
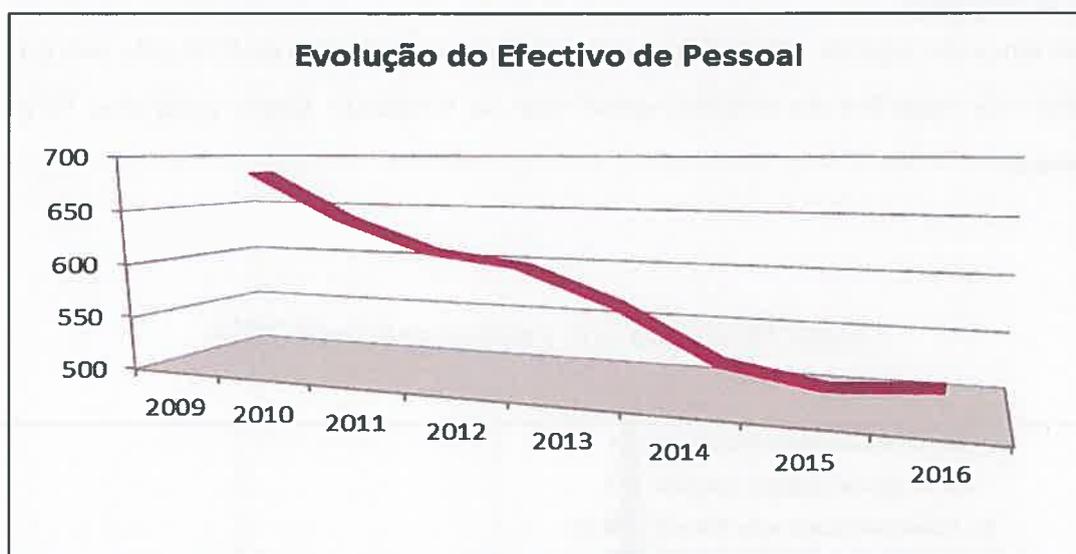
A eliminação progressiva das reduções remuneratórias, conforme mencionado, teve um impacto de aproximadamente 145.000,00 euros no montante salarial global da empresa.

A gestão de carreiras foi igualmente condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2016 pelo ligeiro aumento do efetivo ainda que, devido às diferenças salariais existentes entre o pessoal admitido e o pessoal que saiu, tenha existido uma diminuição dos encargos com remunerações permanentes.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O aumento do efetivo de pessoal, como já foi referido, marca um momento de contraciclo em relação aos anos anteriores em que a tendência foi de diminuição do efetivo. No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja registou-se uma ligeira diminuição. A oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e Natal nesse ano.

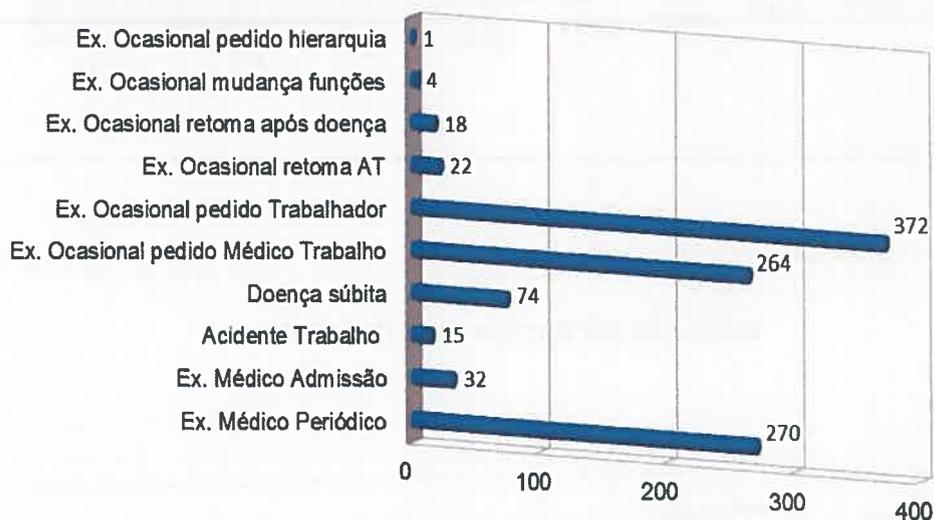


Saúde no Trabalho

A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2016 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 1072 exames.

Caracterização dos exames médicos 2016



Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2016 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa, desde o

Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

	2016	2015
Número de ações de formação frequentadas	98	54
Número de horas de formação ministradas	549	1186
Número de horas de formação recebidas	2.099	2542
Número de participantes	476	116

Comparando o ano de 2016 com o ano de 2015 verifica-se que se registou naquele um aumento substancial do número de ações de formação frequentadas (de 54 para 98) e do número de participantes (de 116 para 476) e uma redução no número de horas de formação (ministradas e recebidas). Salienta-se o programa de formação inicial para os 27 trabalhadores contratados, na sua maioria como primeiro emprego, como Operários Navais (com formação em, além de segurança industrial, diversas tecnologias).

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 45 estudantes (37 de cursos profissionais do ensino secundário, 4 do ensino superior e 4 a título individual) em 2016 (32 em 2015). Salienta-se que, no total, os estágios mencionados significaram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 14.500 horas que se traduzem em, aproximadamente, 1.810 dias.

Ação Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio pela Arsenal do Alfeite, S.A., à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Ano letivo de 2014/2015 – 17 crianças

Ano letivo de 2015/2016 - 15 crianças

Ano letivo de 2016/2017 – 22 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores foi organizada de 4 a 29 julho o campo de férias da Arsenal do Alfeite, S.A., com a participação de 48 crianças e jovens entre os 6 e os 17 anos.



No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa foi criado o programa Arsenalista Mais com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, como melhor referido no

Relatório de Governo Societário.

Menciona-se também o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2016, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio de refeição diária pago aos trabalhadores.

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Handwritten signature and initials
M
ck

Handwritten notes
115
29

V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, para a aquisição de bens e serviços e de empreitadas. Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do Artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Assim a empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de fornecedores.

Em 2016 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

	Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	4	0,12%	10,47%
Concurso Público Urgente	1	0,03%	0,35%
Contratação Excluída	12	0,36%	6,57%
ANCP – UMC/MDN	4	0,12%	10,62%
Ajuste Direto	51	1,51%	25,41%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	9	0,27%	9,04%
Ajuste Direto Simplificado	3.276	97,59%	37,54

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Compras, salvo exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas num número muito superior a três), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também manter um conhecimento atual e pormenorizado do mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 90% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.

Durante o ano de 2016, foram efetuadas 3.357 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.967	88,39%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	314	9,36%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	70	2,10%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	3	0,09%
Superior ou igual a 100.000€	2	0,06%
	<u>3.357</u>	<u>100%</u>

No que respeita aos procedimentos de contratação adotados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

públicos”, e o recurso a acordos-quadro da Espap quanto à contratação de serviços de vigilância e limpeza.

Não foram celebrados quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€, não tendo, assim, sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas qualquer ato ou minuta, conforme determinado pelo Artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta diversas informações melhor descritas no Relatório de Governo da Sociedade.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais - não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal do Alfeite, SA, não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública em liquidação (a Empordef, SGPS, SA, em liquidação).

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016, nomeadamente o seu Artigo 31º, determina, que “o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, fica limitado a 3 %”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário ou outro, como se pode ver no quadro seguinte.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado (€)	2015	2016	Var.Absol	Var. %
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

P. L. M
C 2

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2016 encerrou com um resultado líquido moderadamente negativo, refletindo a decisão do Conselho de Administração de preservar as competências e capacidades a que a Arsenal do Alfeite, S.A., está legalmente obrigada no âmbito do contrato de serviço público de manutenção e reparação dos meios navais da Marinha Portuguesa, pese embora o decréscimo das receitas provenientes da Marinha Portuguesa e a ausência de novas contratações por parte da Marinha Real de Marrocos. Apesar da redução operada nos gastos operacionais em 2016, tal não foi suficiente para obviar a uma mais significativa redução da receita.

A Arsenal do Alfeite, S.A., continua a enfrentar enormes desafios, decorrentes do complexo enquadramento em que está inserida e dos objetivos estratégicos que se lhe colocam, perspetivando o ano de 2017 como um ponto de viragem no futuro do estaleiro, sem fazer perigar a sustentabilidade e a prosperidade da empresa, conforme plasmado na mensagem do Conselho de Administração.

Na vertente operacional do negócio, a Arsenal do Alfeite, S.A. procurará dar continuidade e aprofundar a sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa na reparação naval da esquadra, incluindo a manutenção extensiva dos submarinos, para a qual já se está a preparar, consolidar a vertente de internacionalização com a Marinha Real de Marrocos ao nível da construção e reparação naval e concretizar o programa de aprontamento de três corvetas a transferir para a República das Filipinas. A empresa continuará a aplicar as demais capacidades na execução de obras destinadas à indústria nacional e internacional, e na execução de serviços de projeto naval. A Arsenal do Alfeite, S.A., continuará também empenhada no aproveitamento de oportunidades que lhe permitam consolidar a atividade de construção naval que se sabe será retomada em 2017 com a construção de pelo menos dois salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

A capacitação da empresa para reparar submarinos nas suas instalações, já a partir de 2018, é o desígnio que condicionará a gestão de 2017 ao nível do investimento em

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'A. L.' with a large 'M' above it and 'C2' below it.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

infraestruturas portuárias (ampliação da existente doca seca com segmentação interna), em instalações oficinais e equipamento oficial e em formação dos recursos humanos, o que será realizado, num primeiro momento, através da aplicação de parte (10 M€) do capital próprio realizado, mutuado ao acionista, e devolvido nos primeiros dias de 2017.

No que se refere à implementação da Plataforma Naval Global, e partindo das iniciativas já desenvolvidas no ano de 2015, continuar-se-á a procurar que sirva de base à criação do Centro Industrial e Tecnológico de Defesa do Arsenal do Alfeite (*Start-Up Defesa Alfeite*).

Pretende-se continuar a promover o empreendedorismo, a formação e o desenvolvimento de competências navais que permitam explorar sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

Na medida das orientações que entretanto forem superiormente veiculadas, haverá que clarificar e consolidar políticas e posições que preencham os requisitos necessários para se proceder à separação entre a gestão da infraestrutura e a atividade do estaleiro operador e de outros operadores que venham a estabelecer-se no perímetro da área de concessão da Arsenal do Alfeite, S.A.

Em matéria de gestão corrente da Arsenal do Alfeite, S.A., na vertente da operação, continua a afigurar-se essencial prosseguir com o recrutamento de novos recursos humanos, tendo em vista assegurar as condições indispensáveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, que se subsumem na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios e outros meios da Marinha ou de outros ramos das Forças Armadas e forças de segurança.

A empresa continuará a potenciar o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações de *team building*,

da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais, da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e da aposta na sua formação.

Por isso, será incrementado o esforço na qualificação e potenciação dos trabalhadores, quer novos, quer já no efetivo, de modo a dar continuidade à formação interna ministrada por recursos humanos da própria empresa a novos trabalhadores, ainda no ano de 2016, dinamizando a denominada “Escola de Formação de Alfeite” e valorizando a utilização das notáveis instalações escolares e oficinas afetas à formação, tanto pela própria empresa, como por entidades terceiras, ou através de parcerias com outras entidades devidamente certificadas.

Ainda no domínio da gestão corrente e no que respeita às tecnologias da informação, procurar-se-á, através de recursos internos com *know-how* dos processos e do desenvolvimento de *software*, dar continuidade aos desenvolvimentos operados em 2016 no sistema de informação corporativo (designado “SIAGIP”), implementando novas valências e aperfeiçoando as existentes a par da melhoria do parque informático da empresa e da introdução de novos hábitos de acesso e de mobilidade e de alterações nos sítios internet e intranet da empresa. Para o efeito, concluir-se-á o desenvolvimento dos processos de negócio da empresa (BPM) e a sua integração no SIAGIP, continuando a melhorar por esta via a qualidade dos dados e atualizar-se-ão as ferramentas de *Business Intelligence* (AGE e rAG) já em uso.

No plano mais alargado da requalificação ambiental, a Arsenal do Alfeite, S.A., continuará a desenvolver as ações necessárias para, num prazo máximo de três anos, transformar em definitivo o licenciamento industrial e ambiental provisório obtido em 2016, de que são exemplo a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), a contenção de efluentes nas docas e planos inclinados, para garantir a recolha e posterior tratamento de águas residuais e o encaminhamento das descargas de emissões gasosas.

Do ponto de vista do ambiente, da segurança e da melhoria das condições de trabalho, mantém-se a prioridade de resolver, no curto prazo, situações que requerem maior

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

atenção, reformulando as cabines de pintura e de soldadura, adquirindo novos andaimes e substituindo as coberturas de algumas oficinas.

A valorização do património histórico documental da Arsenal do Alfeite continuará a merecer uma atenção especial, pelo que serão tomadas iniciativas no sentido de encontrar as melhores soluções para a sua preservação e disponibilização ao público em geral.

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, SA, encerrou o exercício financeiro de 2016 com um resultado líquido negativo de 1.882,10 m€ (milhares de euros), o que representa um decréscimo de 1.931,89 m€ relativo ao exercício anterior.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Rendimentos Operacionais	17.089,25	19.416,17
Gastos Operacionais	15.833,73	16.315,10
Resultado Operacional	1.255,53	3.101,06
Gastos de depreciação e amortização	3.355,50	3.363,28
Resultado Financeiro	267,74	331,14
Imposto sobre o Rendimento do Período	49,86	19,14
Resultado Líquido do Período	-1.882,10	49,79

O resultado de 2016 reflete uma redução dos rendimentos operacionais relativamente a 2015, consequência da menor atividade do estaleiro. Os gastos associados à atividade produtiva também se reduziram, embora a sua expressão não tenha sido tão acentuada, dadas as obrigações de manutenção de competências técnicas a que a empresa está legalmente obrigada, com repercussões diretas nos incontornáveis gastos fixos com pessoal. Todavia, foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos, em particular, dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

M
CL

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Os rendimentos operacionais atingiram assim 17.089,25 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 12% face a 2015 (uma quebra de 2.326,96 m€), com ênfase nos Serviços Prestados.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Vendas	8,89	1,24
Serviços Prestados	13.687,46	15.753,54
Subsídios à Exploração	-	22,27
Trabalhos para a Própria Entidade	336,21	794,07
Imparidade de Dívidas a Terceiros	158,95	9,80
Provisões	80,24	-
Outros Rendimentos	2.817,49	2.835,25
Rendimentos Operacionais	17.089,25	19.416,17

A rubrica dos “Serviços Prestados” foi afetada pelo baixo nível de execução verificado nos trabalhos de modernização do NRP Mondego e do NRP Douro, o que ficou a dever-se ao atraso na contratação das respetivas encomendas por parte da Marinha Portuguesa, que ocorreu apenas e parcialmente em dezembro de 2016, bem como pela demora na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
D1 - Reparação Naval – militar	12.733,53	12.735,02
D1 - Reparação Naval - militar internacional	542,59	2.649,59
D2 - Reparação Naval - não militar	74,17	38,03
D3 - Construção	93,50	133,50
D4 - Manutenção Industrial	50,73	1,50
D5 - Laboratórios	107,49	80,67
D6 - Outros	85,44	115,24
	13.687,46	15.753,54

Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 336,21 m€, correspondem a um decréscimo de 58% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2016 foram

P. U. M.
CL2

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

realizados trabalhos internos não só de reparação e de melhoramento do Plano Inclinado nº 1, com a manufatura de dois novos carros de alagem, mas também de remodelação do parque de resíduos sólidos.

Ainda com impacto nos proveitos operacionais, de referir a reversão da imparidade de dívidas a terceiros no montante de 158,95 m€, em resultado do recebimento de várias faturas de um cliente, sobre as quais foi opção da empresa constituir, no exercício de 2011, uma imparidade dado existir incerteza na recuperação do crédito.

No que diz respeito à rubrica “Outros Rendimentos”, a variação face ao ano anterior deve-se à diminuição do montante do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	€							
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Subsídio não monetário	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85	95.020.327,44
Rédito do ano	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31	2.884.315,65	2.884.571,76	961.523,59
	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85

Por seu turno, os gastos operacionais em 2016 ascenderam a 15.833,73 m€, correspondendo também a um decréscimo de cerca de 3% relativamente ao valor alcançado em 2015.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
CMVMC	1.044,75	1.174,93
FSE	2.021,28	2.358,40
Gastos Pessoal	12.754,55	12.653,78
Imparidade	-	-
Provisões	-	80,24
Outros Gastos	13,14	47,74
Gastos de D e de Amortização		
Gastos Operacionais	15.833,73	16.315,10

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 1.044,75 m€, valor abaixo do observado em 2015, e que reflete o já referido decréscimo da atividade produtiva.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um decréscimo de 14% face ao ano anterior, o que se justifica igualmente pelo facto dos gastos com subcontratação afetos diretamente à atividade produtiva se terem também reduzido de modo sensivelmente proporcional.

M
P. S.
U2

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

(Valores expressos
em milhares de
Euros)

	2016	2015
Subcontratos	570,55	922,14
Trabalhos Especializados	82,03	120,66
Publicidade e Propaganda	12,75	6,50
Vigilância e Segurança	94,64	94,29
Honorários	62,00	48,59
Conservação e Reparação	53,92	65,24
Materiais	44,38	28,40
Eletricidade	350,83	361,55
Combustíveis	21,44	23,76
Gás	40,06	48,48
Deslocações, Estadas e Transporte	52,84	34,25
Rendas e Alugueres	148,79	140,34
Comunicação	19,09	18,32
Seguros	129,52	123,28
Contencioso e Notariado	0,11	1,11
Despesas de Representação	7,25	5,25
Limpeza, Higiene e Conforto	304,42	311,29
Diversos	26,66	4,95
	2.021,28	2.358,40

Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se a redução na rubrica “Trabalhos Especializados”, resultante da circunstância de em 2015 ter havido lugar a despesas extraordinárias com serviços especializados destinados a melhorar o desempenho ambiental da empresa.

Os gastos com “Deslocações, Estadas e Transporte” sofreram um acréscimo face a 2015, o que se justifica pelas iniciativas de desenvolvimento de negócio fora de Portugal no âmbito da vertente estratégica de internacionalização da atividade do estaleiro e pela necessidade de proceder a ações corretivas em Marrocos relativas ao período de garantia do navio da Marinha Real Marroquina PHM El-Lahiq, o que decorreu entre maio e dezembro de 2016.

Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 12.754,55 m€, evidenciando um muito ligeiro acréscimo face a 2015.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2016	2015
Órgãos Sociais		
Remunerações	221,16	237,01
Encargos sobre Remunerações	51,89	54,00
Seguro de Saúde	1,32	1,66
	274,36	292,67
Pessoal		
Remunerações	9.948,79	9.881,91
Encargos sobre Remunerações	2.217,08	2.205,51
ADSE		
Seguro de Saúde	65,92	41,36
Seguro de Acidentes no Trabalho	144,09	138,68
Gastos de Ação Social	60,18	55,73
Outros Gastos	44,13	37,93
	12.480,19	12.361,11
	12.754,55	12.653,78
Números de RH no final do período	509	500

O decréscimo observado nas remunerações dos órgãos sociais resultou do acerto de contas realizado, em 2015, aquando da saída de funções, em 24 de abril de 2015, dos elementos do Conselho de Administração eleitos para o triénio 2012-2015.

O acréscimo observado nos gastos com pessoal resultou do aumento do efetivo e da extinção progressiva, preconizada na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, com base em reversões trimestrais, ao longo de 2016, nos seguintes moldes:

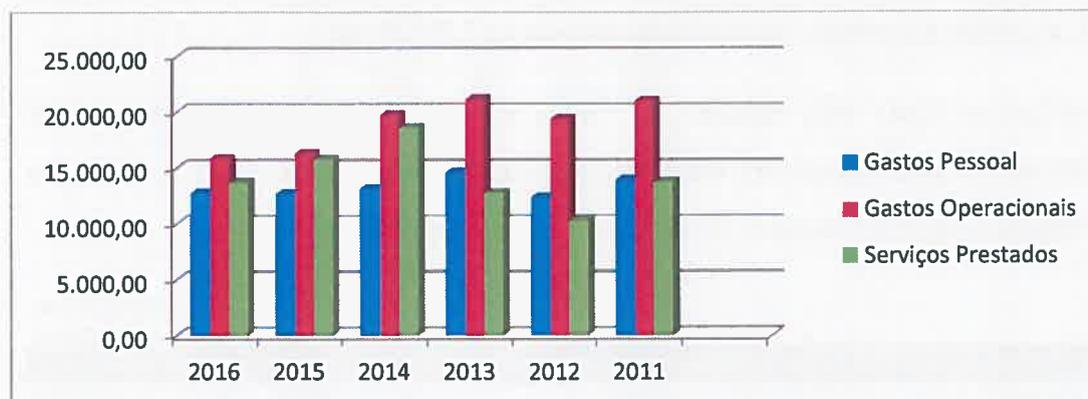
- Reversão de 40 % a partir de 1 de janeiro de 2016;
- Reversão de 60 % a partir de 1 de abril de 2016;
- Reversão de 80 % a partir de 1 de julho de 2016;
- Eliminação completa a partir de 1 de outubro de 2016.

Importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância do trabalho nos serviços por ela

Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar. É também de salientar que, nos últimos três anos, o rédito obtido com serviços prestados tem sido sempre superior aos gastos fixos com pessoal.



Os “Resultados Financeiros” que, à data de 31 de dezembro de 2016, ascenderam a 267,75m€, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à acionista única Empordef (SGPS), S.A., em liquidação (268,43m€). Face a anos anteriores regista-se a tendência de diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares obtidos dado essencialmente à redução do capital em dívida. Foram realizadas duas amortizações do empréstimo na sequência das deliberações da Comissão Liquidatária da Empordef (SGPS), SA, em liquidação, de 19 de agosto e de 30 de setembro de 2015.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 1.882,10 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2016 apresenta um ativo líquido 103.681,79 m€, tendo registado um decréscimo de 4.083,45 m€ em relação a 31 de dezembro de 2015.

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2016	2015
Ativo não corrente	77.899,33	80.525,36
Ativo corrente	25.782,45	27.239,88
Total do Ativo	103.681,79	107.765,24

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O nível de investimento em ativos tangíveis realizado em 2016 no montante de 743,97 m€, não superou as depreciações do ano no montante de 3.354,61 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, SA, ao abrigo do contrato de concessão ascendeu a 2.776,28 m€.

Verificou-se ainda uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 1.457,43 m€, determinado pela redução da rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em resultado da necessidade de financiamento da atividade operacional da Empresa.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Inventários	366,20	362,67
Clientes	32,91	118,94
Estado e outros entes públicos	5,40	203,68
Outros créditos a receber	15.165,18	15.501,12
Diferimentos	13,98	6,56
Caixa e depósitos bancários	10.198,77	11.046,91
	25.782,45	27.239,88

Dado a empresa não ter tido que efetuar pagamentos por conta de IRC em 2016, o saldo da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” decresceu quando comparado com o ano anterior.

Observa-se ainda uma redução na rubrica “Outros Créditos a Receber” que resultou essencialmente: (i) do reconhecimento de juros contratuais do empréstimo concedido à Empordef (SGPS) (265,14 m€) e (ii) da variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos realizados e não faturados (- 601,66 M€).

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
Capital próprio	80.567,13	84.600,85
Passivos não correntes	16.065,37	16.770,27
Passivos correntes	7.049,28	6.394,12
Total do Capital Próprio e Passivo	103.681,79	107.765,24

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O “Capital Próprio “ decresceu 4.033,71 m€, para os 80.567,13 m€, no final do ano 2016. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes líquido de imposto (- 2.151,62 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2016.

Em termos de “ Passivo Total”, no final do exercício de 2016, verificou-se um ligeiro decréscimo pouco significativo quando comparado com o ano anterior.

	(Valores expressos em milhares de Euros)	
	2016	2015
<u>Passivos não correntes</u>		
Provisões	-	80,24
Outras dívidas a pagar - Imposto referente ao subsídio não monetário	16.065,37	16.690,03
	16.065,37	16.770,27
<u>Passivos correntes</u>		
Fornecedores	468,97	257,98
Adiantamentos de clientes	317,07	105,96
Estado e outros entes públicos	1.544,83	1.075,69
Outras dívidas a pagar	2.619,60	2.632,71
Diferimentos	2.098,81	2.321,78
	7.049,28	6.394,12
	23.114,65	23.164,39

As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-626,66 m€);
- ❖ À variação dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço - trabalhos faturados mas não realizados (- 222,18 m€);
- ❖ Ao aumento nas dívidas ao Estado e outros entes públicos justificado pelo incremento do IVA a pagar;
- ❖ Ao aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores; e
- ❖ Ao registo de um adiantamento de um cliente, recebido no final do ano por conta da aquisição de material a incorporar num projeto.

Handwritten signature and initials in blue ink.

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Handwritten signature and initials
64 *ck M*

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2016 no montante de 1.882.097,38€ (um milhão, oitocentos e oitenta e dois mil, noventa e sete euros e trinta e oito cêntimos).

Alfeite, Almada, 20 de março de 2017.

O Conselho de Administração



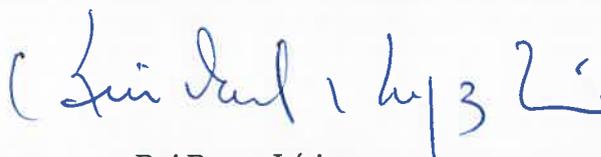
Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)

**Anexo I - CUMPRIMENTO DAS
ORIENTAÇÕES LEGAIS**

Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

2. Gestão do risco financeiro e endividamento

Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório.

3. Limite de crescimento do endividamento

Não aplicável – a empresa não tem endividamento.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, sendo, ainda, de atender ao Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*arrears*”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores nos anos de 2016 e 2015, nos termos da legislação acima mencionada, encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2016	2015	Variação 2016/2015	
			Valor	%
Prazo (dias)	71,12	43,18	27,94	65

Em 31 de dezembro de 2016, os prazos de pagamento das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram inferiores a 90 dias:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1.º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	468.378,45	-	-	-	-
Aquisição de Capital	65.370,51	-	-	-	-
Total	533.748,96	-	-	-	-

5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente Relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto no Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro) destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (Euros)			
Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Andreia Fernandes Ventura	60	384,57	
Miguel Silva Pereira	50	113,91	
Rui Rapaz Lérias	50	163,05	

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Nome	Média do Plafond Mensal	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (Euros)			Observações
	Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Andreia Fernandes Ventura	421,88	1.693,96	920,94	2.614,90	-
Miguel Silva Pereira	337,50	1.868,89	1.110,78	2.979,67	-
Rui Rapaz Lérias	391,95	1.637,63	616,26	2.253,89	-

Esta matéria encontra-se aprofundada no âmbito do Relatório de Governo Societário (capítulo referente às Participações Sociais e Obrigações Detidas) no que se refere à inexistência de conflitos de interesses.

8. Despesas Não Documentadas

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do Artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e o art.º 11.º do do Estatuto do Gestor Público é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2016 qualquer despesa não documentada.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado, aprovado e publicado um “relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres”.

De acordo com Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres referente a 2016, neste ano os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 94,35%, enquanto as mulheres representavam 5,65%, mas as

P. U. M.
12

mulheres auferiram de remuneração média mais 32,91% do que os homens e, em ganho médio, mais 33,09%.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A., oportunamente elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente, estando em fase de elaboração a revisão do Plano com vista à sua atualização.

Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados.

11. Contratação Pública

Ponto refletido no capítulo V do presente relatório.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2016, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

Recorreu ainda a acordos-quadro da ESPAP, enquanto entidade voluntária, para aquisição de serviços de vigilância e de limpeza.

13. Frota Automóvel

Não obstante a frota da Arsenal do Alfeite, S.A., não integrar o Parque de Veículos do Estado, foi tido em consideração o determinado no n.º 3 do art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril sobre a redução de viaturas e gastos associados, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016, aprovado

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, além do indicado no Despacho n.º 1182/13-SET, de 12 de junho, e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro.

Recorde-se que aquele diploma legal determina que as rubricas de gastos associados à frota automóvel devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014 ou a 31 de dezembro de 2015, consoante o que apresentar o menor valor, e que deve ser assegurada a redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, face a 31 de dezembro de 2015, maximizando o seu uso comum (salvo no que respeita à aquisição onerosa de veículos elétricos, em que se aplica o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 21 de abril, e 55 -A/2010, de 31 de dezembro).

Assim, foram significativamente reduzidos os gastos associados à frota automóvel, nomeadamente pela redução do número de contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) existente na empresa, o qual passou de 22 em 2013 para apenas 7 em 2015, valor que se manteve em 2016 por impossibilidade de maior redução. Por outro lado, foram ainda reduzidos os valores das rendas contratuais das viaturas alocadas aos gestores e dirigentes.

Para além das viaturas em regime de AOV, dispõe a empresa de 22 veículos da sua propriedade, os quais transitaram do extinto Arsenal do Alfeite, com idade média superior a 20 anos e com despesas de manutenção significativas e imprevisíveis. De se denotar que a frota é maioritariamente constituída por veículos pesados de passageiros e mercadorias, os quais, maximizando-se o seu uso comum, são alocados às atividades fabris que requerem a deslocação de trabalhadores e ferramentas.

14. Medidas de redução de gastos operacionais

Segundo o art.º 31.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (art.º 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril). Assim, à semelhança do ano anterior, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

(Valores expressos em Euros)

PRC	Metas	2016	2015	2014	2010	2016 /2015		2016/2010	
						Valor Absol	Var %	Valor Absol	Var %
(0) EBITDA		1.255.526,26	3.101.060,40	5.677.687,43	6.265.363,24	-1.845.534,14	-59,51%	-5.009.836,98	-79,96%
(1) CMVMC		1.044.750,49	1.174.932,08	1.124.271,68	2.278.641,27	-130.181,59	-11,08%	-1.233.890,78	-54,15%
(2) FSE		2.021.282,33	2.358.403,89	2.045.848,51	4.733.652,02	-337.121,56	-14,29%	-2.712.369,69	-57,30%
(3) Gastos com Pessoal		12.754.554,93	12.653.782,88	13.157.534,90	16.348.583,60	100.772,05	0,80%	-3.594.028,67	-21,98%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		-	2.844,47	-	-	-	-	-	-
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		142.447,86	-	-	-	-	-	-	-
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	Redução em 15% face a 2010	15.678.139,89	16.184.274,38	16.327.655,09	23.360.876,89	-506.134,49	-3,13%	-7.682.737,00	-32,89%
(7) Volume de Negócios		13.696.353,95	15.754.775,31	18.647.117,72	26.885.406,10	-2.058.421,36	-13,07%	-13.189.052,15	-49,06%
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	Redução face a 2015	1,14	1,03	0,88	0,87				
Comunicações	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	19.087,93	18.316,17	19.823,06	45.717,79	771,76	4,21%	-26.629,86	-58,25%
Deslocações/ Estadas	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	52.301,81	34.223,40	30.945,78	78.977,08	18.078,41	52,82%	-26.675,27	-33,78%
Ajudas de Custo	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	17.805,99	3.765,29	6.099,60	50.158,97	14.040,70	372,90%	-32.352,98	-64,50%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		509	500	522	n.a	9,00	1,80%	n.a	n.a
Nº de Órgãos Sociais (OS)		3	3	3	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Nº de Cargos de Direção (CD)		18	18	17	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Nº de trabalhadores (sem OS e sem CD)		488	479	502	n.a	9,00	1,88%	n.a	n.a
Nº trabalhadores/Nº de CD		27,11	26,61	29,53	n.a	0,50	1,88%	n.a	n.a
Nº de viaturas	Redução face ao ano anterior	29	29	29	n.a	0,00	0,00%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	Em linha com 2014 ou 2015, consoante o que apresentar menor valor	87.187,68	83.289,80	106.191,90	n.a	3.897,88	4,68%	n.a	n.a

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução desfavorável apesar da redução desses gastos. Esta evolução resulta de um decréscimo de 13,07% (- 2,1 M€) no volume de negócios, acompanhado pelo decréscimo de 2,3% (- 0,37 M€) desses principais gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes).

M
P.L.
C12

A diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos gastos com fornecimentos e serviços externos estão relacionados com a redução de atividade, com as medidas de racionalização de serviços e com a contenção de custos implementada pela empresa.

Os gastos com pessoal (com o efeito da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória) aumentaram em cerca de 0,8% (+0,1 M€).

No ano de 2016, registou-se um ligeiro aumento dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2015, embora inferior ao valor registado no exercício de 2014.

Os gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo sofreram um acréscimo face a 2015, essencialmente justificado pelo desenvolvimento de negócio fora de Portugal e pela consolidação da vertente internacional da atividade do estaleiro. No corrente ano, foi concluída a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq” (30 de maio de 2016) e decorreu o período contratual de garantia (seis meses) que motivou diversas deslocações de técnicos da empresa a Marrocos.

No que se refere aos gastos associados à frota automóvel, salienta-se que em 2014 a Arsenal do Alfeite, S.A., procedeu a uma redução significativa de viaturas, tendo passado de 22 contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) para apenas 7 contratos. O acréscimo dos gastos com viaturas em comparação com o período homólogo decorre essencialmente do acréscimo de despesas imprevisíveis (manutenção inopinada) em veículos propriedade da empresa como se pode ver no quadro seguinte. Estes veículos (22) transitaram do extinto Arsenal do Alfeite e têm uma idade média superior a 20 anos. Note-se o aumento no aluguer de viaturas devido a aluguer de viatura em Itália para trabalhadores aí colocados no âmbito de um programa de formação relativo à manutenção de torpedos dos submarinos.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015	variação
Conservação e reparação	7.237,71	4.939,23	2.298,48
Combustíveis	21.440,08	20.699,76	740,32
Portagens	7.384,28	7.096,80	287,48
Estacionamentos	766,60	570,50	196,10
Aluguer de viaturas	45.333,12	44.252,88	1.080,24
Seguros	5.025,89	5.730,63	-704,74
	<u>87.187,68</u>	<u>83.289,80</u>	<u>3.897,88</u>

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Através do Despacho n.º 218/16 – SEATF, Sua Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Dr. Ricardo Mourinho Félix, dispensou temporariamente a Arsenal do Alfeite, SA, até 30 de junho de 2016, do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. Esta empresa deu cumprimento ao determinado tendo, depois de terminado o período de transição permitido (em que cerca de 0,1% dos seus depósitos se encontravam no Banco Santander Totta), no segundo semestre de 2016, concentrado todas as suas disponibilidades na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE. Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras e de a empresa não ter obtido qualquer rendimento no Banco Santander Totta, não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não se verificaram, no ano de 2016, quaisquer recomendações decorrentes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

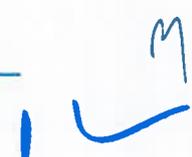
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

do Alfeite, SA, não ser diretamente o Estado, representado Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública em liquidação (a Empordef, SGPS, SA, em liquidação).

Informação	Divulgação		Comentários
	S/N/ NA	Data Atualização	
Estatutos	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file102_pt.pdf
Caracterização da Empresa	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=101
Função de tutela e acionista	S	2017	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file189_pt.pdf
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Esforço Financeiro Público	NA		-
Ficha Síntese	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/downloads/file185_pt.pdf
Informação Financeira histórica e atual	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Outras transações	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
- Económico	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo		2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=247
- Código de ética	S	2017	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109

Handwritten signature and date:

 12/12

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

P. U. M.
12
[Signature]

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signature]
77 c22 M

[Handwritten mark]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	8	77 892 269,79	80 502 901,28
Ativos intangíveis	9	807,67	1 707,19
Participações financeiras - outros métodos	10	6 257,30	2 697,05
Ativos por impostos diferidos	23		18 054,45
Total de ativos não correntes		77 899 334,76	80 525 359,97
Ativos correntes			
Inventários	12	366 204,54	362 669,54
Clientes	13	32 913,19	118 936,74
Estado e outros entes públicos	20	5 401,30	203 679,69
Outros créditos a receber	14	15.165.185,80	15.501.117,10
Diferimentos	22	13 975,26	6 559,32
Caixa e depósitos bancários	6	10 198 771,24	11 046 914,76
Total de ativos correntes		25 782 451,33	27 239 877,15
TOTAL DO ATIVO		103 681 786,09	107 765 237,12
Capital próprio			
Capital subscrito	15	32 400 000,00	32 400 000,00
Reserva legal	15	299 152,72	296 663,40
Resultados transitados	15	-7 738 964,98	-7 786 262,13
Outras variações no capital próprio	16	57 489 043,40	59 640 659,29
Resultado líquido do período		-1 882 097,38	49 786,47
Total do capital próprio		80 567 133,76	84 600 847,03
Passivos não correntes			
Provisões	17		80 242,00
Outras dívidas a pagar	16	16 065 367,43	16 690 030,11
		16 065 367,43	16 770 272,11
Passivos correntes			
Fornecedores	18	468 969,56	257 976,31
Adiantamentos de clientes	19	317 073,16	105 960,35
Estado e outros entes públicos	20	1 544 827,30	1 075 686,10
Outras dívidas a pagar	21	2 619 602,33	2 632 712,67
Diferimentos	22	2 098 812,55	2 321 782,55
Total de passivos correntes		7 049 284,90	6 394 117,98
TOTAL DO PASSIVO		23 114 652,33	23 164 390,09
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		103 681 786,09	107 765 237,12

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Contabilista Certificado



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Conselho de Administração



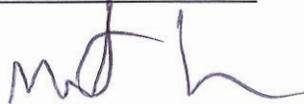
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS
FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Vendas e Serviços prestados	24	13 696 353,95	15 754 775,31
Subsídios à exploração	25		22 272,03
Trabalhos para a própria entidade	8	336 213,43	794 071,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1 044 750,49	-1 174 932,08
Fornecimentos e serviços externos	26	-2 021 282,33	-2 358 403,89
Gastos com pessoal	27	-12 754 554,93	-12 653 782,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	158 948,95	9 799,10
Provisões (aumentos/reduções)	17	80 242,00	-80 242,00
Outros rendimentos	28	2 817 493,01	2 835 246,26
Outros gastos		-13 137,33	-47 742,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 255 526,26	3 101 060,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-3 355 504,64	-3 363 281,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2 099 978,38	-262 221,00
Juros e rendimentos similares obtidos	30	268 430,03	332 520,99
Juros e gastos similares suportados		-685,58	-1 376,75
Resultado antes de imposto		-1 832 233,93	68 923,24
Imposto sobre o rendimento do período	23	-49 863,45	-19 136,77
Resultado líquido do período		-1 882 097,38	49 786,47

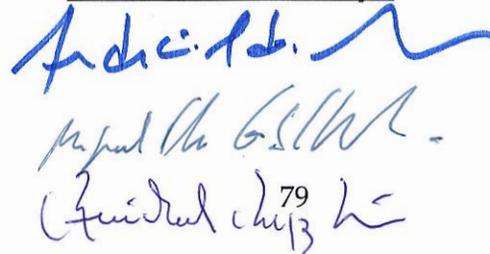
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Conselho de Administração



RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2016	15 e 16	32 400 000,00	296 663,40	-7 786 262,13	59 640 659,29	49 786,47	84 600 847,03
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	624 662,69	-	624 662,69
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	-2 776 278,58	-	-2 776 278,58
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2015		-	2 489,32	47 297,15	-	-49 786,47	0,00
		-	2 489,32	47 297,15	-2 151 615,89	-49 786,47	-2 151 615,89
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-1 882 097,38	-1 882 097,38
Resultado Integral		-	-	-	-	-	-4 033 713,27
Operações com Detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período - 2016	15 e 16	32 400 000,00	299 152,72	-7 738 964,98	57 489 043,40	-1 882 097,38	80 567 133,76

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em Euros)

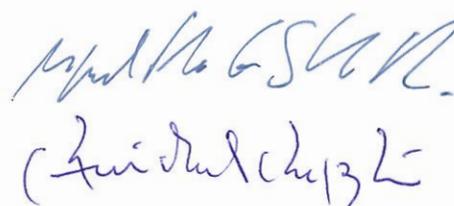
	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2015	15 e 16	32 400 000,00	178 325,86	-10 034 675,37	61 797 756,60	2 366 750,78	86 708 157,87
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	626 254,06	-	626 254,06
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	-	-2 783 351,37	-	-2 783 351,37
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2014		-	118 337,54	2 248 413,24	-	-2 366 750,78	0,00
		-	118 337,54	2 248 413,24	-2 157 097,31	-2 366 750,78	-2 157 097,31
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	49 786,47	49 786,47
Resultado Integral		-	-	-	-	-	-2 107 310,84
Operações com Detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período - 2015	15 e 16	32 400 000,00	296 663,40	-7 786 262,13	59 640 659,29	49 786,47	84 600 847,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração





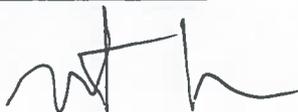
RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Demonstração (individual) de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015

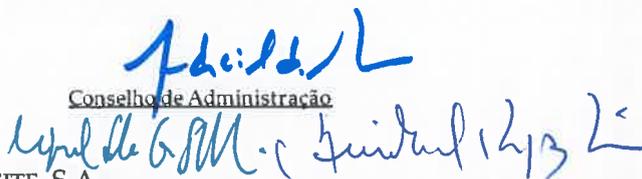
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
		EURO	EURO
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		17 567 428,27	20 318 816,08
Pagamentos a fornecedores		-3 824 959,27	-4 134 043,77
Pagamentos ao Pessoal		-7 193 968,11	-7 141 292,52
Caixa gerada pelas operações		6 548 500,89	9 043 479,79
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		169 662,42	-444 025,49
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-7 176 445,76	-7 703 622,82
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-458 282,45	895 831,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		2 416,92	3 747,61
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-394 078,87	-179 758,82
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-391 661,95	-176 011,21
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1 800,88	4 005 828,32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 800,88	4 005 828,32
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-848 143,52	4 725 648,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 046 914,76	6 321 266,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	10 198 771,24	11 046 914,76

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Contabilista Certificado



Conselho de Administração



ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A., (“AASA” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto – Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a AASA com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AASA a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro da Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AASA, integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

Releva-se ainda o Despacho de 12 de maio de 2015, de S. Ex.^a a então Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (publicado como Despacho n.º 5051-A/2015, no Diário da República, 2.ª série, de 13 de maio de 2015) para que fossem criadas as condições para, a médio prazo, implementar uma Plataforma Naval Global, através da criação de um polo de manutenção e reparação naval militar e civil, com a separação entre a área de operação e a infraestrutura, a qual poderá ser utilizada por outros operadores.

No referido despacho visa-se também estabelecer um centro de competências navais que explore sinergias entre as entidades do Sistema Nacional de Investigação e Inovação e as empresas públicas e privadas e uma plataforma de promoção do empreendedorismo e formação de recursos humanos, criando um espaço privilegiado de incubação de novas atividades alinhadas com a Economia do Mar e da Defesa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da

Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC.

O SNC foi alterado em 24 de julho de 2015, com a publicação da Portaria 220/2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AASA, que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens*

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
<u>Bens Concessionados</u>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos	4 - 30
<hr/>	
	Anos de vida útil
<u>Bens Próprios e Bens Reversíveis</u>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos	1 - 8

P. L. M.
C/12
Ø

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2 Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são

revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

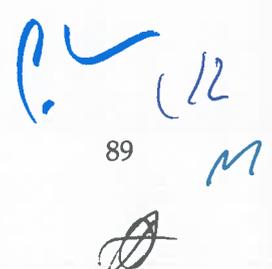
Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em

resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh's) imputados e Hh's estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos

totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos fixos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de

incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução

do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão referidos na Nota 13.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem foram identificados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores.

O SNC foi alterado em 24 de julho de 2015, com a publicação da Portaria 220/2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	2.604,19	5.750,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.096.167,05	1.691.164,76
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	9.250.000,00
	<u>10.198.771,24</u>	<u>11.046.914,76</u>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-Lei nº 147/2008 de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma. Foi constituído no exercício de 2015 um fundo próprio, no montante de 100.000 €.

7. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A, em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2016 e de 2015 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2016					
	Outros créditos a receber	Clientes	Outras dívidas a pagar	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 30)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A., em liquidação (Nota 14)	15.067.271,96	93,80	-	-	-	265.144,68
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	-	-	-1.667,30	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (Nota 13)	18.372,56	-	-	-	-	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	-	275,00	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	-	25.136,25	-
	<u>15.085.644,52</u>	<u>93,80</u>	<u>0,00</u>	<u>-1.392,30</u>	<u>25.136,25</u>	<u>265.144,68</u>

Entidade	2015				
	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 30)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A em liquidação	14.802.201,08	-	-	60,00	325.997,19
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	2.390,72	2.390,72	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	355,00	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	0,00	-	-	450,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	5.491,95	-	-	36.245,00	-
	<u>14.985.014,54</u>	<u>2.390,72</u>	<u>2.745,72</u>	<u>36.755,00</u>	<u>325.997,19</u>

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data
2015-2017	Presidente	Andreia Fernandes Ventura	DUE	24/abr/2015
2015-2017	Vogal	Miguel Silva Pereira	DUE	24/abr/2015
2015-2017	Vogal	Rui Rapaz Lérias	DUE	24/abr/2015

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)						
Nome	Fixa	Varável	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Final
Andreia Fernandes Ventura	86.070,16	-	86.070,16	-12.590,06	5.790,08	79.270,18
Miguel Silva Pereira	68.856,13	-	68.856,13	-10.030,79	4.619,59	63.444,92
Rui Rapaz Lérias	79.963,54	-	79.963,54	-11.689,29	5.377,00	73.651,25
			234.889,83	-34.310,15	15.786,67	216.366,35

8. Ativos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

2016

Ativo Bruto	Terrenos e	Edifícios e	Equip	Equip	Equip	Outros	Ativos	Total
	Recursos	Outras	Básico	Transporte	Administrativo	Ativos	Intangíveis	
	Naturais	Construções				Tangíveis	em Curso	
Saldo inicial	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
Aquisições/Valorizações	0,00	34.025,00	6.205,27	0,00	6.518,01	17.124,71	680.100,64	743.973,63
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	102.500,19	34.853,92	50.362,44	0,00	0,00	0,00	-187.716,55	0,00
Saldo final	17.747.062,44	52.280.146,37	18.054.112,28	561.705,53	2.610.293,63	9.899.395,56	747.396,69	101.900.112,50
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60	0,00	20.653.237,59
Depreciações do exercício	292.575,09	1.331.340,10	1.078.977,95	32.655,00	169.707,84	449.349,14	0,00	3.354.605,12
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.746.908,59	9.213.715,18	7.700.603,29	318.672,89	1.638.463,02	3.389.479,74	0,00	24.007.842,71
Ativos Líquidos	16.000.153,85	43.066.431,19	10.353.508,99	243.032,64	971.830,61	6.509.915,82	747.396,69	77.892.269,79

2015

Ativo Bruto	Terrenos e	Edifícios e	Equip	Equip	Equip	Outros	Ativos	Total
	Recursos	Outras	Básico	Transporte	Administ.	Ativos	Intangíveis	
	Naturais	Construções				Tangíveis	em Curso	
Saldo inicial	17.644.562,25	51.424.115,95	17.663.436,25	561.705,53	2.601.690,32	9.857.127,25	449.131,60	100.201.769,15
Aquisições/Valorizações	0,00	0,00	16.538,02	0,00	2.085,30	25.143,60	910.602,80	954.369,72
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	787.151,50	317.570,30	0,00	0,00	0,00	-1.104.721,80	0,00
Saldo final	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.105.293,46	6.589.321,02	5.560.744,25	244.741,58	1.298.173,21	2.492.563,08	0,00	17.290.836,60
Depreciações do exercício	349.040,04	1.293.054,06	1.060.881,09	41.276,31	170.581,97	447.567,52	0,00	3.362.400,99
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60	0,00	20.653.237,59
Ativos Líquidos	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28

P. U. M.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2016, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

	Saldo Inicial		Aumentos do ano		Transferência para Ativos Fixos	Saldo Final
	Inicial	Transf. para ATF em curso	do ano a)	Transf. para ATF em curso		
Aquisições de ATF - edif e outras construções	236.085,50	-111.835,50	35.761,00	-26.761,00	-	133.250,00
Remodelação - parque resíduos	4.734,70	-	240.814,13	-	-	245.548,83
Dragagem do Poço de Sedimentação - D Seca	13.477,40	-	89.022,79	-	-102.500,19	-
Processo de Construção da nova ponte cais	-	111.835,50	19.109,83	26.761,00	-	157.706,33
Reparação do cais acostável na zona da caldeirinha	-	-	22.204,86	-	-	22.204,86
Beneficiação dos Conversores rotativos AC/DC - submarinos	-	-	9.197,78	-	-	9.197,78
Reparação de carros e plataformas do PI1	-	-	64.974,44	-	-	64.974,44
Manufatura de 2 carros de alagem do PI 1	-	-	104.418,44	-	-	104.418,44
Preparação e montagem de berço dos submarinos - CT	-	-	4.380,25	-	-	4.380,25
Conclusão dos Trabalhos finais do guindaste nº 10	-	-	49.647,44	-	-49.647,44	0,00
Ampliação da doca seca da AASA	-	-	1.760,00	-	-	1.760,00
Requalificação de 2 salas do edif da Administração	-	-	34.853,92	-	-34.853,92	0,00
Aquisições de ATF - Equip. Admin. - Servidor para base de dados	-	-	3.955,76	-	-	3.955,76
Outros	715,00	-	-	-	-715,00	-
	255.012,60	0,00	680.100,64	0,00	-187.716,55	747.396,69

a) Inclui trabalhos para a própria entidade no montante de 336.213,43€.

Em 2016 foram realizados trabalhos internos não só de reparação e de melhoramento do plano inclinado nº 1, com a manufatura de dois novos carros de alagem, mas também de remodelação do parque de resíduos sólidos.



RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As depreciações do período, no montante de 3.354.605,12€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2016							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Tangíveis em Curso	
Ativo Bruto								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens Reversíveis	1.847.700,44	2.890.002,67	822.420,64	29.722,75	293.537,80	93.491,65	747.396,69	6.724.272,64
Bens Próprios	0,00	0,00	25.228,39	33.161,08	75.483,02	21.639,93	0,00	155.512,42
	17.747.062,44	52.280.146,37	18.054.112,28	561.705,53	2.610.293,63	9.899.395,56	747.396,69	101.900.112,50
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	8.697.689,23	7.244.906,16	255.789,06	1.330.175,21	3.312.356,96		20.840.916,62
Bens Reversíveis	1.746.908,59	516.025,95	432.831,28	29.722,75	249.261,37	55.482,85		3.030.232,79
Bens Próprios	0,00	0,00	22.865,85	33.161,08	59.026,44	21.639,93		136.693,30
	1.746.908,59	9.213.715,18	7.700.603,29	318.672,89	1.638.463,02	3.389.479,74		24.007.842,71
Ativos Líquidos	16.000.153,85	43.066.431,19	10.353.508,99	243.032,64	971.830,61	6.509.915,82	747.396,69	77.892.269,79

[Handwritten signatures and initials]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Ativo Bruto	31.12.2015							Total		
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrat.	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis em Curso			
	Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98		0,00	95.020.327,44
	Bens Reversíveis	1.745.200,25	2.821.123,75	765.852,93	29.722,75	293.537,80	76.366,94		255.012,60	5.986.817,02
Bens Próprios	0,00	0,00	25.228,39	33.161,08	68.965,01	21.639,93	0,00	148.994,41		
	17.644.562,25	52.211.267,45	17.997.544,57	561.705,53	2.603.775,62	9.882.270,85	255.012,60	101.156.138,87		
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade										
Bens Concessionados	0,00	7.511.765,11	6.260.995,47	223.134,06	1.186.328,02	2.882.415,38		18.064.638,04		
Bens Reversíveis	1.454.333,50	370.609,97	340.432,94	29.722,75	231.261,49	36.740,37		2.463.101,02		
Bens Próprios	0,00	0,00	20.196,93	33.161,08	51.165,67	20.974,85		125.498,53		
	1.454.333,50	7.882.375,08	6.621.625,34	286.017,89	1.468.755,18	2.940.130,60		20.653.237,59		
Ativos Líquidos	16.190.228,75	44.328.892,37	11.375.919,23	275.687,64	1.135.020,44	6.942.140,25	255.012,60	80.502.901,28		

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, SA, ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrat.	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2016	2015
Ativo Bruto		
Saldo inicial	80.509,30	79.821,10
Aquisições	0,00	688,2
Alienações		
Saldo final	80.509,30	80.509,30
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade		
Saldo inicial	78.802,11	77.921,70
Depreciações do exercício	899,52	880,41
Alienações		
Saldo final	79.701,63	78.802,11
Ativos Líquidos	807,67	1.707,19

As depreciações do período, no montante de 899,52€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

10. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2016	2015
Participação associativa - Relacre	500,00	500,00
Fundo de compensação do trabalho	5.757,30	2.197,05
	6.257,30	2.697,05

11. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades futuras ascendem a 52.324,76€, repartidas da seguinte forma por anos:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Rendas Vincendas		
	2017	2018
Finlog - 3 contratos	20.254,32	10.127,16
Finlog - 4 contratos	21.943,28	-
	42.197,60	10.127,16

No exercício de 2016 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 44.192,44€ (44.252,88€ em 2015).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

	2016	2015
Matérias-primas, sub e consumo	365.263,64	361.742,40
Material em trânsito	188,90	927,14
Adiantamentos p/ conta de compras	752,00	0,00
	366.204,54	362.669,54

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 detalha-se conforme se segue:

2016			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	362.669,54	362.669,54
Compras	-	1.047.249,77	1.047.249,77
Regularização de existências	-	283,72	283,72
Existências finais	-	365.452,54	365.452,54
Custo do Exercício	-	1.044.750,49	1.044.750,49

P. V. 12³

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

2015			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	403.617,49	403.617,49
Compras	-	1.140.609,34	1.140.609,34
Regularização de existências	-	-6.625,21	-6.625,21
Existências finais	-	362.669,54	362.669,54
Custo do Exercício	-	1.174.932,08	1.174.932,08

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2016	2015
Clientes	396.782,98	477.314,58
Clientes do Grupo (Nota 7)	18.446,36	182.887,26
Perdas por Imparidade	-382.316,15	-541.265,10
	32.913,19	118.936,74

A rubrica de "Clientes" apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015
Volvo Ocean Race, S.L.U.	27.497,50	-
Sonaservice	-	56.496,47
Atlantic Eagle Shipbuilding	-	55.000,00
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59	363.943,59
Outros	5.341,89	1.874,52
	396.782,98	477.314,58

O decréscimo dos saldos de "Clientes do Grupo" no montante de 164.440,90€ é justificado essencialmente pelo recebimento de várias faturas emitidas, em anos anteriores, aos ENVC no montante de 158.948,95€.

Salienta-se que foi opção da Empresa constituir, no exercício de 2011, uma imparidade dado existir incerteza quanto à recuperação do referido crédito.

Face ao exposto, os movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ano de 2016 foram:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	177.321,51	-	-158.948,95	18.372,56
Naveiro Transportes Maritimos	324.841,62	-	-	324.841,62
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies	37.253,16	-	-	37.253,16
	541.265,10	-	-158.948,95	382.316,15

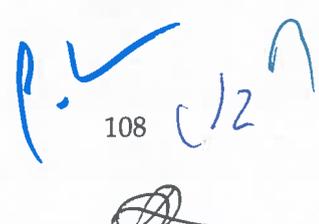
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido em "Imparidade de Dívidas a Receber" na Demonstração dos Resultados" foi o seguinte:

	2016	2015
Imparidade - dívidas a receber - reversão	158.948,95	9.799,10

14. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros Créditos a Receber" apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Outros Créditos a Receber		
Acionistas (Nota 7)	15.067.271,96	14.802.127,28
Juros a receber		
Pessoal	3.198,25	2.727,98
Prestações de serviços em curso (Nota 31)	93.433,00	695.097,00
Outros	1.282,59	1.164,84
	15.165.185,80	15.501.117,10

P.V. 12/17


RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Acionista" tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Capital	13.057.233,35	13.057.233,35
Capital	200.000,00	200.000,00
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	172.526,52
Juros - vencidos em 2012	348.175,26	348.175,26
Juros - vencidos em 2013	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2014	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2015 (Nota 30)	325.997,19	325.997,19
Juros - vencidos em 2016 (Nota 30)	265.144,68	-
	15.067.271,96	14.802.127,28

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se ao reconhecimento de juros contratuais referentes ao exercício de 2016 (265.144,68€).

No dia 16 de março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., no qual, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses, tendo-se celebrado novo contrato de mútuo no dia 10 de janeiro de 2013. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data de Deliberação Unânime	Capital Inicial	Liquidação em 25.Fev.2011	SALDO 31-Dez-2014	Liquidação em 15.Set.2015	Liquidação em 01.Out.2015	Saldo a 31-Dez-2016
Capital						
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-3.000.000,00	-	-
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-204.662,66	795.337,34	-
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	-	4.500.000,00	-	-	4.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	-936.938,33	63.061,67	-	-5.828,32	57.233,35
	18.000.000,00	-936.938,33	17.063.061,67	-3.204.662,66	-801.165,66	13.057.233,35

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela AASA.

Já em janeiro de 2017 a Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., liquidou uma da parte da dívida no montante de 10.000.000,00€

15. Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

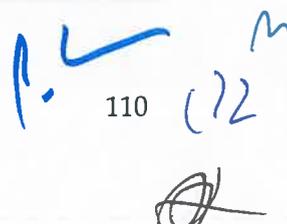
Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Saldo inicial	296.663,40	178.325,86
Aplicação do resultado líquido	2.489,32	118.337,54
Saldo final	299.152,72	296.663,40

Durante o período houve reforço das reservas legais no montante de 2.489,32€ conforme decisão da Assembleia Geral do dia 7 de abril de 2016.

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number 112 and a large 'M'.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
Saldo inicial	-7.786.262,13	-10.034.675,37
Aplicação do resultado líquido	47.297,15	2.248.413,24
Saldo final	-7.738.964,98	-7.786.262,13

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 7 de abril de 2016, 95% do total do resultado líquido de 2015 foi aplicado em resultado transitado (47.297,15€).

16. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística de Abril de 2013, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados devem ser reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “ Outras variações no capital próprio” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras dívidas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a refletir o referido imposto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a informação relativa ao subsídio obtido do governo era como segue:

	31/12/2015	Rédito do ano	Ajustamento ano	31/12/2016
Capital próprio				
Outras variações no capital próprio				
Subsídios não monetários	76.955.689,40	-2.776.278,58		74.179.410,82
Ajustamentos em subsídios	-17.315.030,12		624.662,69	-16.690.367,43
	59.640.659,29	-2.776.278,58	624.662,69	57.489.043,40
Passivos não correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	16.690.030,12	-	-624.662,69	16.065.367,43
	16.690.030,12	-	-624.662,69	16.065.367,43
Passivos correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 21)	625.000,00	-	0,00	625.000,00
Total de passivos correntes	625.000,00	-	0,00	625.000,00

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No exercício de 2016, o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.776.278,58€ (Nota 28).

17. Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

2016				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada num contrato de prestação de serviços	80.242,00	-	-80.242,00	-
	80.242,00	-	-80.242,00	-

2015				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada num contrato de prestação de serviços	-	80.242,00	-	80.242,00
	-	80.242,00	-	80.242,00

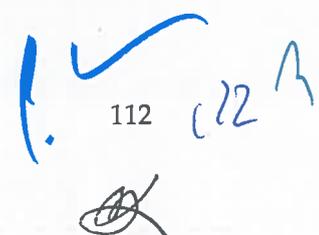
Em 2016 com a conclusão do contrato de prestação de serviços, foi reconhecida a totalidade da perda e revertida a provisão criada no ano anterior.

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2016 e de 2015, nos termos da RCN nº34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	71,12	43,18	27,94	0,65

 112 c12 3

19. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Marinha Portuguesa	317.073,16	-
Sonaservice - Sociéte Navel de Service	-	105.960,35
	317.073,16	105.960,35

No mês de dezembro de 2016 a Empresa recebeu um adiantamento do seu principal cliente, por conta da aquisição de material a incorporar no projeto NRP Corte Real.

Os adiantamentos recebidos da Sonaservice – Societé Navalé de Service referente à reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq” foram totalmente regularizados no ano de 2016.

20. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2016		2015	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	5.401,30	-	203.679,69	-
Retenção do IRS	-	121.847,06	-	127.997,61
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	1.169.616,91	-	689.584,15
CGA - Caixa geral de aposentações	-	212.122,02	-	222.205,40
ADSE	-	-	-	18,61
Segurança social	-	40.914,42	-	35.718,28
Fundos de Compensação	-	326,89	-	162,05
	5.401,30	1.544.827,30	203.679,69	1.075.686,10

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2016	
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 23)	-	31.809,00
Pagamento especial por conta	29.014,74	-
Pagamentos por conta	5.002,53	-
Retenções na fonte	3.193,03	-
	37.210,30	31.809,00
IRC	5.401,30	

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica “Imposto sobre o valor acrescentado” registou um aumento motivado essencialmente pela concentração da faturação da Empresa nos meses de novembro e dezembro.

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Outras Dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outras Dívidas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	65.370,51	879,45
Remunerações a liquidar a)	1.626.300,00	1.635.400,00
Renda - contrato de concessão b)	68.481,77	78.773,88
Outros acréscimos e gastos c)	212.658,36	275.367,67
Outros devedores e credores d)	646.791,69	642.291,67
	2.619.602,33	2.632.712,67

- Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2016 a liquidar em 2017.
- Inclui o gasto do exercício de 2016 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2017 ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.ª do contrato de concessão.
- Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00€), gastos com seguros (59.046,39€) e gastos com serviços de

P. c/2
[Handwritten signature]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

berçário, creche e jardim-de-infância (16.949,58€) referentes ao exercício de 2016 mas faturados em 2017.

d) Inclui

	2016	2015
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios – (Nota16)	625.000,00	625.000,00
Outros	21.791,69	17.291,67
	<u>646.791,69</u>	<u>642.291,67</u>

O ajustamento do subsídio (625.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

22. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	13.975,26	6.559,32
	<u>13.975,26</u>	<u>6.559,32</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 31)	2.098.022,00	2.320.992,00
Outros rendimentos diferidos	790,55	790,55
	<u>2.098.812,55</u>	<u>2.321.782,55</u>

23. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	-1.832.233,93	144.119,04
Dedução de prejuízos fiscais	-	-100.883,34
	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	9.079,59
Derrama - 1,5%	-	2.089,73
Derrama estadual	-	-
	-	11.169,32
Diferenças permanentes	-	2.851,88
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	18.054,45	-13.863,47
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	31.809,00	21.831,01
Outras	-	-2.851,97
Imposto sobre o rendimento do exercício	49.863,45	19.136,77
Taxa efetiva de imposto	2,72%	27,77%

IMPOSTO	2016	2015
Imposto corrente do exercício	31.809,00	33.000,24
Imposto diferido gerado no exercício	18.054,45	-13.863,47
	49.863,45	19.136,77

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2012 a)	5.470.396,64	-	5.470.396,64	2017
Prejuízo Fiscal do ano 2013 a)	4.824.760,38	-	4.824.760,38	2018
Prejuízo Fiscal do ano 2016 a)	1.911.778,18	-	1.911.778,18	2028
	12.206.935,20	-	12.206.935,20	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2012, 2013 e 2016 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017, 2018 e 2028 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2016	2015
Perdas de Imparidade e Provisões	-	18.054,45
	-	18.054,45

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foi como se segue:

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	18.054,45	4.190,98
Movimentos do exercício		
Reversões	-18.054,45	-4.190,98
Provisões - aumentos/adições	-	18.054,45
Saldo em 31 de Dezembro	-	18.054,45

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2013 a 2016 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

[Handwritten signature and initials]
117
12/13
[Handwritten mark]

24. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016			2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	8.894,40	-	8.894,40	1.232,70	-	1.232,70
Prestações de Serviços	13.144.865,03	542.594,52	13.687.459,55	13.103.948,62	2.649.593,99	15.753.542,61
	13.153.759,43	542.594,52	13.696.353,95	13.105.181,32	2.649.593,99	15.754.775,31

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2016	2015
D1 - Reparação Naval - militar	12.733.530,37	12.735.019,56
D1 - Reparação Naval - militar internacional	542.594,52	2.649.593,99
D2 - Reparação Naval - não militar	74.174,81	38.025,92
D3 - Construção	93.500,00	133.500,00
D4 - Manutenção Industrial	50.726,95	1.500,00
D5 - Laboratórios	107.490,60	80.668,01
D6 - Outros	85.442,30	115.235,13
	13.687.459,55	15.753.542,61

No período de 2016, os serviços prestados registaram um decréscimo de 2.066.083,06€, face ao período homólogo do ano anterior, justificado por uma diminuição significativa do negócio de reparação naval – militar internacional que decresceu relativamente ao ano transato, decorrente do protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2016 e a 2015:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
NRP - Zaire	-	1.656.300,00
NRP - Alvares Cabral	688.814,00	710.603,00
NRP - Tejo	1.952.405,00	616.395,00
NRP - Corte Real a)	5.176.952,33	2.664.486,00
PHM EL Lahiq	542.594,52	2.649.593,99
NRP - Douro a)	592.814,09	-
NRP - Mondego a)	411.539,74	-
	9.365.119,69	8.297.377,99
Outros trabalhos	3.911.005,20	7.087.235,56
	13.276.124,89	15.384.613,55

a) – Contratos de prestação de serviços em curso (Nota 31)

25. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é o seguinte:

	2016	2015
I.E.F.P - programa de estágios profissionais	-	12.323,25
Eurovip	-	9.948,78
	-	22.272,03

No exercício de 2016 não foram celebrados programas de estágio profissional e de estímulo ao emprego, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P). (12.323,25 € em 2015) e não foram recebidas verbas, no âmbito do projeto EUROVIP. Este projeto visa coordenar PME's na área europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e das tecnologias inovadoras nas PME's, através da transferência de serviços, de tecnologia e de informação, bem como através da colaboração técnica e operacional.

26. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

	2016	2015
Subcontratos	570.554,18	922.141,40
Trabalhos Especializados	82.034,06	120.659,47
Publicidade e Propaganda	12.752,92	6.500,58
Vigilância e Segurança	94.635,79	94.293,12
Honorários	62.004,04	48.593,40
Conservação e Reparação	53.916,79	65.241,94
Materiais	44.377,75	28.399,53
Eletricidade	350.828,91	361.551,39
Combustível	21.440,08	23.759,41
Gás	40.061,08	48.483,45
Deslocações, Estadas e Transporte	52.840,99	34.252,17
Rendas e Alugueres	148.790,08	140.340,34
Comunicação	19.087,93	18.316,17
Seguros	129.522,85	123.275,53
Contencioso e Notariado	105,00	1.111,42
Despesas de Representação	7.249,29	5.245,86
Limpeza, Higiene e Conforto	304.419,62	311.292,74
Diversos	26.660,97	4.945,97
	2.021.282,33	2.358.403,89

Em 2016 houve um decréscimo de 14% nos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato.

Os principais motivos para esta variação foram os seguintes:

- ❖ A nível dos “Subcontratos” verificou-se um decréscimo de 351.587,22€ diretamente relacionado com o decréscimo da atividade produtiva.
- ❖ O decréscimo da rubrica “Trabalhos Especializados” resulta de em 2015 ter havido lugar a despesas extraordinárias com serviços especializados destinados a melhorar o desempenho ambiental da Empresa.
- ❖ Os gastos com “Deslocações, Estadas e Transporte” sofreram um acréscimo face a 2015, o que se justifica pelas iniciativas de desenvolvimento de negócio fora de Portugal no âmbito da vertente estratégica de internacionalização da atividade do estaleiro e pela necessidade de proceder a ações corretivas em Marrocos relativas ao período de garantia do navio da Marinha Real Marroquina “PHM El-Lahiq”, o que decorreu entre maio e dezembro de 2016.

[Handwritten signature and initials]

27. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	221.159,90	237.011,86
Remunerações do Pessoal	9.948.791,97	9.881.905,85
Encargos sobre Remunerações	2.268.972,08	2.259.510,65
Seguros de Acidentes no Trabalho	144.089,21	138.678,81
Gastos de Ação Social	60.178,89	55.729,80
Outros Gastos com o Pessoal	110.047,00	80.945,91
	12.754.554,93	12.653.782,88

Em 2016 verificou-se um ligeiro acréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2015.

O acréscimo dos "Gastos com Pessoal" foi determinado pelo aumento do número de trabalhadores e pela reversão de 80% nos cortes salariais vigentes em 2014, pese embora a sua diminuta expressão se fique igualmente a dever ao contínuo esforço de contenção de gastos complementares e acessórios compreendidos nesta categoria de despesa.

28. Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros Rendimentos" têm a seguinte composição:

	2016	2015
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 16)	2.776.278,58	2.783.351,37
Aluguer de espaços e equipamento	22.088,96	16.763,41
Outros	19.125,47	35.131,48
	2.817.493,01	2.835.246,26

29. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos Tangíveis (Nota 8)	3.354.605,12	3.362.400,99
Ativos Intangíveis (Nota 9)	899,52	880,41
	3.355.504,64	3.363.281,40

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

As depreciações dos ativos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 2.776.278,58€ (2.783.351,37€ em 2015).

30. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2016	2015
Juros Obtidos de Depósitos	3.285,35	6.523,80
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 14)	265.144,68	325.997,19
	268.430,03	332.520,99

31. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos tendo por referência o estado de completamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2016 as percentagens de completamento dos contratos de prestação de serviços em curso são as que a seguir se apresentam:

	% de Acabamento
NRP - Corte Real	90,06%
NRP - Douro	53,73%
NRP - Mondego	40,92%
NRP - Andrómeda	18,90%
NRP - Sagitário	3,53%
Pontão Cais nº 6	0,95%
NRP - D. Carlos I	66,38%
NRP - Escorpião	85,18%

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Os rendimentos e gastos reconhecidos são os seguintes:

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	11.819.323,00	11.145.934,05	2.664.485,45	6.476.859,31	2.098.022,00	93.433,00

	2016	2015
Réditos Acumulados	9.141.345	10.231.265
Gastos Acumulados	8.298.368	10.697.326
Resultado Acumulado	842.976	-466.061

Salientamos que no exercício de 2015, o resultado acumulado global dos contratos em curso estava influenciado pelo resultado estimado de um contrato, cujos custos totais excediam o rédito total do contrato, a perda esperada foi reconhecida imediatamente como gasto do período.

32. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 foi determinado conforme se segue:

	2016	2015
Resultado líquido do período	-1.882.097,38	49.786,47
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	-0,29	0,01

33. Outras Informações

No ano de 2016, correram termos duas ações interpostas pelo consórcio "Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A." e "SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda." contra a Arsenal do Alfeite, S.A.

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No âmbito do primeiro processo de injunção (Processo n.º 1179/13.7BEALM - Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada), a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção, aguardando-se marcação de julgamento.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT – Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da “Naveiro – Transportes Marítimos, S.A” em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento à data da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a “FIUTAK Industries GmbH”, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€ acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A. reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

34. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeram divulgação.

35. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário 2016.

36. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados durante o período pelo revisor oficial de contas foram:

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)				
Membro do Órgão de Fiscalização	Bruta	Redução (Lei OE)	Reversão Remuneratória	Valor Final
<i>PWC - SROC</i>				
Revisão Legal de Contas	16.200,00	-1.600,00	1.600,00	16.200,00
Revisão - Orçamento para 2016	6.000,00	-600,00	240,00	5.640,00
Revisão - Orçamento para 2017	6.000,00	-600,00	480,00	5.880,00
	<u>28.200,00</u>	<u>-2.800,00</u>	<u>2.320,00</u>	<u>27.720,00</u>

O Contabilista Certificado

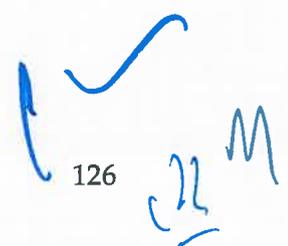


Adc. da
(Fiscalização)
Paulo Almeida
 O Conselho de Administração

APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação



APENDICE 1

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2016, foram as seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato			Remuneração Anual 2016				
(Início - Fim)	Cargos	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversões Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
2015-2017	Presidente	Nuno Moniz	-	-	-	-	-
2015-2017	Secretário	Pedro Baptista	-	-	-	-	-

❖ Reduções Remuneratórias não aplicáveis uma vez que este órgão não auferiu qualquer remuneração.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargos	Nome	Designação			OPRI O (2)		Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Andreia Fernandes Ventura	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Miguel Silva Pereira	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Rui Rapaz Lérias	DUE	24/4/2015	S	Marinha	D	1

Legenda: (1) Indicar Resolução R/AG/DUE/Despacho (D)

(2) OPRILO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista nº8 do artigo 28º do EGP, indicar a entidade pagadora (O- Origem/D-Destino)

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, sendo a Arsenal do Alfeite, S.A., membro de órgãos estatutários de associações sem fins lucrativos e nestes representada por membros do Conselho de Administração em dois casos:

Acumulação de Funções			
Membro do CA	Entidade	Função	Regime
Andreia Fernandes Ventura	Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar	Vogal da Direção, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado
Miguel Silva Pereira	Associação das Indústrias Navais	Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Arsenal do Alfeite, SA	Privado

Estatuto do Gestor Público				
Remuneração mensal bruta (€)				
Membro do CA (nome)	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Andreia Fernandes Ventura	S	C	4 578,20	1 831,28
Miguel Silva Pereira	S	C	3 662,56	1 465,02
Rui Rapaz Lérias			4 253,38	1 701,35

REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (Euros)						
Nome	Fixo	Variável	Bruto	Reversões Remuneratórias		Valor Final
				Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	
Andreia Fernandes Ventura	86.070,16	-	86.070,16	-12.590,06	5 790,08	79 270,18
Miguel Silva Pereira	68.856,13	-	68.856,13	-10 030,79	4 619,59	63 444,92
Rui Rapaz Lérias	79 963,54	-	79.963,54	-11 689,29	5 377,00	73 651,25
			234.889,83	-34 310,15	15 786,67	216 366,35

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Membro do CA (nome)	Benefícios Sociais (C)							
	Subsídio de Retenção		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros Identificar	Valor
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual				
Andreia Fernandes Ventura	5,00	910,00	Seg Social	18.858,23	1 315,88	=	Acid Trabalho	739,47
Miguel Silva Pereira	5,00	1.085,00	CGA / ADSE	15.105,78	-	-	Acid Trabalho	591,95
Rui Rapaz Lérias	5,00	1.060,00	CGA / ADSE	17.528,94	-	-	Acid Trabalho	687,09
		3.055,00		51.492,95	1 315,88			2.018,51

Encargos com Viaturas - 2016									
Membro do CA (nome)	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Andreia Fernandes Ventura	S	S	31.980,00	AOV	jul/14	jul/18	562,63	6.751,56	18
Miguel Silva Pereira	S	S	31.980,00	AOV	nov/13	nov/17	498,71	5.795,50	11
Rui Rapaz Lérias	S	S	31.980,00	AOV	jul/14	jul/18	562,62	6.696,99	18

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (C)						
Membro do CA (nome)	Outras					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Identificar	Valor	Gasto Total com viagens (S)
Andreia Fernandes Ventura	1.764,78	728,5	555,6	Diversas	31,5	3.080,38
Miguel Silva Pereira	57	57	32,65	Diversas	33,5	123,15
Rui Rapaz Lérias	582,45	373,5	350,3	Diversas	53,5	1.359,75
						4.563,28

Salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, tendo, designadamente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração observado o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2016. Não foram atribuídos prémios de gestão.

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data	Datado Contrato		
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PWC - SROC	183	20161485	DUE	24.04.2015	27/2/2013	6	5
		Representada por :							
		César Abel Rodrigues Gonçalves				R.O.C n.º 740		6	5
		Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão				R.O.C n.º 902		6	5
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	José Manuel Henriques Bernardo				R.O.C n.º 903		6	5

Legenda: DUE - Deliberação Unânime por Escrito

Nome ROC/IU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2016 (C)				Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais – 2016 (C)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)		Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)	
PWC - SROC	16.200,00	0	-1.600,00	1.600,00	16.200,00	Revisão - Orçamento para 2016	6.000,00	-600,00	240,00	5.640,00
						Revisão - Orçamento para 2017	6.000,00	-600,00	480,00	5.880,00
José Manuel Henriques Bernardo	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0

- ❖ A remuneração do Fiscal Único observou o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2016.

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2016 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão					
Objetivos de Gestão 1	x			estabilidade do emprego	Ponto IV do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 2	x			reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Ponto III do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 3	x			internacionalização do estaleiro	Ponto III do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 4	x			desenvolvimento de parcerias na área da Economia do Mar	Mensagem do CA
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios Financeiros de Referência	x			EBITDA (2015) - € 1.255.526,26	Ponto 14 do Anexo I do Relatório & Contas
Investimento	x			Executado a 92%	Ponto III e anexo II do Relatório & Contas
Gastos com Pessoal	x			Variação de mais € 100.772,05 face a 2015	Ponto 14 do Anexo I do Relatório & Contas
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x			100%	
Gestão de Risco Financeiro	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Sem endividamento	Ponto VII do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores	x			Variação de 27,94 dias	Ponto XI do Relatório & Contas
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Pontos XI do Relatório & Contas - A 31.12.2016, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	x			aplicação de resultados	Ponto II do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			€ 25.314,37 de redução remuneratória com reversão de € 11.479,19	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			€ 2.800 de redução remuneratória com reversão de € 2.320	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	x				Ponto IV do Relatório & Contas

RELATORIO E CONTAS da Arsenal do Alfeite, S.A., relativo a 2016

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias , nos termos do artigo 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março	x				Ponto IV do Relatório & Contas
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do Artigo 16º do PJSPE e artigo 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Não existe qualquer despesa não documentada. Ponto XI do Relatório & Contas
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ponto 9 do Anexo I
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				Ponto 10 do Anexo I
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	Não aplicável	
Auditorias do Tribunal de Contas			x	Não aplicável	
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	x			Não houve variação face a 2015	Ponto XI do Relatório & Contas
Gastos com viaturas	x			Varição de mais € 3.897,88 face a 2015	Ponto XI do Relatório & Contas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			Vide tabela	Ponto XI do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x			100% em 31.12.2016	Ponto XI do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na banca comercial			x	Não aplicável	
Juros auferidos em incumprimento daUTE e entregues em Receita do Estado			x	Não aplicável	

M
✓
12

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Versão aprovada em reuniões de Conselho de Administração de 14 e 20 de março de
2017.



Andreia Fernandes Ventura

(Presidente do Conselho de Administração)



Miguel da Silva Pereira

(Vogal do Conselho de Administração)



Rui Rapaz Lérias

(Vogal do Conselho de Administração)

Declaração de responsabilidade

PricewaterhouseCoopers e Associados - SROC, Lda

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016

Almada, 22 de março de 2017

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame da informação financeira da Arsenal do Alfeite, S.A. referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante de 103.681.786,09 euros e um prejuízo do exercício no montante de 1.882.097,38 euros.

1 Confirmamos que cumprimos com as responsabilidades atribuídas à Administração de fazer com que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros, fraudes ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 Não é nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas na página da internet do Grupo, podendo no entanto, as mesmas serem distribuídas ao acionista por via eletrónica (e-mail). As nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação, divulgação e "sign off" das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e a certificação legal das contas.

3 Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4 Confirmamos que os pressupostos relevantes por nós utilizados no cálculo de estimativas são razoáveis e que não existem assuntos que envolvam julgamento ou opinião, que não possam ser razoavelmente corroborados.

5 Foram-vos facultados (a) os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, (b) toda a informação relevante que temos conhecimento, para a preparação das demonstrações financeiras, incluindo todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação e (c) toda a informação que nos foi solicitada no âmbito do vosso trabalho, bem como acesso a todos os funcionários que consideraram necessário contactar. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 07 de abril de 2016 e a reunião do Conselho de Administração de dia 20 de março de 2017.



6 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

7 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades, situações de fraude ou suspeita de fraude que envolva gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades, situações de fraude, ou suspeitas de fraude, ou violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de perdas por imparidade. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu, cuja falta de aderência pudesse ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

8 Não nos foram comunicadas por empregados, analistas, reguladores ou outros quaisquer suspeitas ou alegações de fraude envolvendo a Empresa e que tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

9 Foram-vos comunicadas as conclusões da nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude. Em nosso entender esse risco é reduzido.

10 As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

11 Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes.

12 Não temos planos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de negócio ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis.

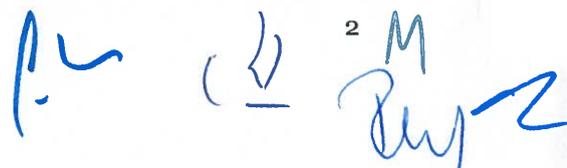
13 As contas a receber evidenciadas no balanço em 31 de dezembro de 2016 no montante de 15.198.098,99 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de dezembro de 2016. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo de 382.316,15 euros em 31 de dezembro de 2016 das perdas por imparidade de dívidas a receber, foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.

14 Os inventários evidenciados no balanço estão valorizados pelo menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do ano anterior na sua valorização.

15 As quantidades em 31 de dezembro de 2016 foram determinadas a partir dos registos de inventário, os quais foram corrigidos com base em contagens físicas realizadas em 29 de novembro de 2016 por pessoal qualificado.

16 Em 31 de dezembro de 2016 todas as contas a pagar relativas aos bens incluídos nos inventários estão registadas, tendo todas as quantidades faturadas aos clientes até essa data sido excluídas de tais inventários.

17 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a stylized signature on the left, a signature with a checkmark-like symbol in the middle, and a signature with a superscript '2' and the letter 'M' on the right.

compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, quando aplicável, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

- a) consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente;
- b) não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias, para além das que constam das declarações obtidas de (i) Rodrigues Alves & Associados, (ii) Pereira de Almeida & Associados e (iii) Serra Lopes, Cortes Martins e Associados.

18 Confirmamos que a informação respeitante à identificação das entidades relacionadas é completa e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são adequadas.

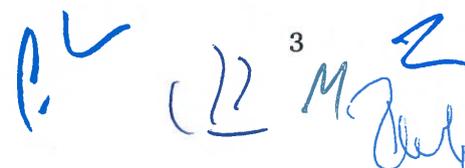
19 Relativamente ao justo valor, conforme aplicável, confirmamos (i) a razoabilidade dos pressupostos mais significativos utilizados para efeitos da mensuração e de divulgação nas demonstrações financeiras, e (ii) que esses mesmos pressupostos refletem adequadamente a capacidade e a intenção da Administração implementar os planos de ações que lhes estão subjacentes. Confirmamos também que, quando aplicável, para efeitos da mensuração e das divulgações contidas nas demonstrações financeiras, e tendo por base o previsto nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal:

- a) tivemos em consideração a adequacidade e consistência dos métodos utilizados no cálculo do justo valor, incluindo os respetivos pressupostos;
- b) as divulgações relativas ao justo valor são adequadas e incluem todas as informações relevantes nas circunstâncias;
- c) considerámos em que medida os eventos subsequentes requerem ajustamentos ao cálculo do justo valor e às respetivas divulgações.

20 Os compromissos relativos a compras a efetuar dizem respeito à aquisição de quantidades que não excedem as necessidades previstas, a preços que não irão originar prejuízos. Quando aplicável, foram efetuadas provisões para fazer face a quaisquer prejuízos significativos que possam resultar da satisfação de compromissos assumidos relativamente a vendas futuras.

21 Quando aplicável, procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- a) contas a receber ou a pagar em nome de empresas do Grupo e outras tais como associadas, participadas, afiliadas, principais acionistas, administradores, gestores, diretores ou gerentes, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades;
- b) acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares;
- c) acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço;
- d) outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Empresa;
- e) garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios.

 3

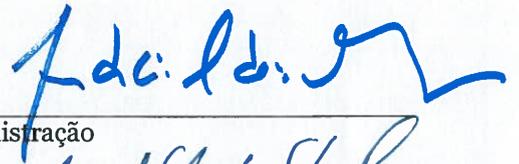
22 Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo mínimo de um ano.

23 Efetuámos uma análise detalhada do grau de acabamento dos projetos em curso à data de 31 de dezembro de 2016, tendo concluído que o rédito relevado nas demonstrações financeiras reflete de forma apropriada o grau de acabamento de cada projeto àquela data. De igual forma confirmamos que a informação fornecida reflete o grau de acabamento de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2016, bem como a melhor estimativa das horas a incorrer para terminar os referidos projetos

24 Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer ajustamentos significativos, em termos individuais e agregados, no contexto das demonstrações financeiras da Empresa, que não tenham sido registados.



A Direção de Recursos



A Administração

Apud Moisés S. Pereira.

(Qui Jul 2016)

